

CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA (UNIALFA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO

HELEZ KENNEDY OLIVEIRA SOARES

**DESAFIOS PARA A GESTÃO FINANCEIRA DAS MICRO E PEQUENAS
EMPRESAS DA REGIÃO SUL DE GOIÁS A PARTIR DO SURGIMENTO DA
CRISE DO CORONAVIRUS**

Goiânia-GO
2020

HELEZ KENNEDY OLIVEIRA SOARES

**DESAFIOS PARA A GESTÃO FINANCEIRA DAS MICRO E PEQUENAS
EMPRESAS DA REGIÃO SUL DE GOIÁS A PARTIR DO SURGIMENTO DA
CRISE DO CORONAVIRUS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* do Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA) como parte do requisito para obtenção do título de Mestre em Administração.

Professor Orientador: Dr. Paulo Cesar Bontempo.

Linha de Pesquisa: Gestão Integrada de Finanças

Goiânia-GO
2020

Catálogo na fonte: Biblioteca UNIALFA

S676d

Soares, Helez Kennedy Oliveira

Desafios para a gestão financeira das micro e pequenas empresas na região sul de Goiás a partir do surgimento da crise do coronavírus / Helez Kennedy Oliveira Soares. – 2020.

69 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Cesar Bontempo.

Dissertação (mestrado) – Centro Universitário Alves Faria (Centro UNIALFA) - Mestrado em Administração – Goiânia, 2020.

1. Micro e pequena empresa. 2. Crédito. 3. Covid-19. I. Soares, Helez Kenney Oliveira. II. UNIALFA – Centro Universitário Alves Faria. III. Título.

CDU: 658.15(817.3)+616-036.21

HELEZ KENNEDY OLIVEIRA SOARES

**DESAFIOS PARA A GESTÃO FINANCEIRA DAS MICRO E PEQUENAS
EMPRESAS DA REGIÃO SUL DE GOIÁS A PARTIR DO SURGIMENTO DA
CRISE DO CORONAVIRUS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação Stricto Sensu do Centro Universitário
Alves Faria como parte do requisito para obtenção
do título de Mestre em Administração.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo César Bontempo - UNIALFA (Orientador)

Prof. Dr. Alcido Elenor Wander (membro interno)

Prof. Dr. Mariano Yoshitake (membro externo)

Goiânia - GO
2020

“Sei que meu trabalho é uma gota no oceano, mas sem ele, o oceano seria menor”. (Madre Tereza de Calcutá)

LISTA DE SIGLAS

CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNPJ	Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
EC	Emenda Constitucional
EPP	Empresa de Pequeno Porte
EPI	Equipamento de Proteção Individual
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBPT	Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário
ICM	Imposto sobre Circulação de Mercadorias
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPJ	Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica
ISS	Imposto sobre Serviços
LC	Lei Complementar
ME	Microempresa
MEI	Microempreendedor Individual
MPE	Micro e Pequena Empresa
MGE	Média e Grande Empresa
OMS	Organização Mundial de Saúde
PIB	Produto Interno Bruto
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo geral analisar os desafios para a gestão financeira das micro e pequenas empresas da Região Sul do Estado de Goiás a partir do surgimento da crise do Coronavírus. Trata-se de um estudo descritivo, exploratório de natureza quali-quantitativa que teve como fonte de investigação as micro e pequenas empresas da região. A pesquisa de campo entre os meses de julho e setembro de 2020, envolveu um universo de 198 empresas, das quais 56 responderam ao questionário on line. Foi possível constatar que as empresas com mais de 15 anos possuem mais dificuldades no pagamento dos fornecedores; todas as empresas estudadas possuem desafios em relação ao pagamento da folha de pagamento de seus colaboradores; na captação de empréstimo notou-se que as empresas de 6 a 15 anos captaram mais créditos em relação as demais; sobre a inadimplência de clientes, somente as empresas até cinco anos e acima de 15 apresentaram essa dificuldade, e por último a queda no faturamento em relação ao tempo de empresa, notou-se que todas as empresas sofreram queda em sua receita devido ao momento de pandemia que vive o mundo.

Palavras-chave: Micro e Pequena Empresa. Crédito. Pandemia Covid-19. Gestão financeira.

ABSTRACT

The research had as general objective to analyze the challenges for the financial management of the micro and small companies of the Southern Region of the State of Goiás from the onset of coronavirus crisis. It is about a descriptive study, exploratory of qualitative and quantitative nature that had as source of investigation the micro and small companies of the region. The field research set between July and September of 2020, involved a set of 198 companies, of that 56 answered to the on-line questionnaire. In the research it was evidenced that companies with more than 15 years have more difficulties in payment of the providers; all the companies surveyed have challenges in relation to the payment of their employees; in borrowing it was noted that the companies from 6 to 15 years raised more credit than the orders; On customer default, only the companies up to 5 years and above 15 shows this difficulty, and for last the drop on revenue in relation to companies age, it was noticed that all the companies suffered drop in their income due to the moment of pandemic which the world lives in.

Keywords: Micro and small companies. Credit. Pandemic Covid-19. Financial management.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição das empresas quanto ao principal responsável pela administração financeira	42
Tabela 2 - Distribuição das empresas quanto ao tempo de existência.....	42
Tabela 3 - Distribuição das empresas quanto ao número de funcionários na empresa	43
Tabela 4 - Distribuição das empresas quanto ao nível de endividamento na empresa.	43
Tabela 5 - Distribuição das empresas quanto a terem ou não encontrado dificuldades em conseguir crédito junto a bancos.	43
Tabela 6 - Distribuição das empresas quanto a dificuldade para tomada de credito junto a banco.....	44
Tabela 7 - Distribuição das empresas quanto a importância do reflexo da falta de crédito.	44
Tabela 8 - Distribuição das empresas quanto aos principais desafios encontrados para gestão financeira.....	44
Tabela 9 - Distribuição das empresas quanto à pretensão de utilizar o empréstimo subsidiado pelo governo federal para pagamento de salários.	45
Tabela 10 - Distribuição das empresas quanto às medidas que poderiam ser tomadas pelo governo para retomada da atividade econômica.	46
Tabela 11 - Distribuição das empresas quanto ao tempo de existência e os principais desafios encontrados.	46
Tabela 12 - Teste Qui-quadrado.....	48

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Perceptual obtido a partir da análise de correspondência entre as variáveis 'tempo de existência da empresa' e 'principais desafios financeiros'	48
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1 MICRO E PEQUENA EMPRESA E SUA IMPORTÂNCIA.....	15
2.2 GESTÃO FINANCEIRA NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	20
2.1.1 CRÉDITO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	24
2.2 CRISE GLOBAL: REFLEXOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS BRASILEIRAS	27
3 METODOLOGIA	38
3.1 UNIVERSO, AMOSTRA E INSTRUMENTOS DE PESQUISA.....	39
3.2 LOCAL DE PESQUISA	39
3.3 ANÁLISE ESTATÍSTICA	40
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	42
4.1 ANÁLISE QUANTITATIVA	42
4.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS QUALITATIVAS	49
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS.....	58
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	62
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO	64
APÊNDICE C - MATRIZ DE AMARRAÇÃO.....	66
APÊNDICE D - ROTEIRO PARA COLETA DE DADOS – ENTREVISTA COM PEQUENOS EMPRESÁRIOS DAS EMPRESAS ESTUDADAS.....	69
ANEXO A - LISTA DE ASSOCIADOS DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE MORRINHOS	68

1 INTRODUÇÃO

As Micro e Pequenas Empresas enfrentam dificuldades dos mais diferentes aspectos. Uma concorrência cada vez mais acirrada, a necessidade de se manterem no mercado buscando a superação das dificuldades encontradas, perspectivas difíceis de crescimento, necessidade de profissionalização da gestão e cumprimento as exigências impostas pela legislação, podendo ainda acrescentar as aceleradas mudanças na economia de mercado, fazendo com que sejam adotadas estratégias capazes de aperfeiçoar os caminhos a serem trilhados que assegure a sobrevivência das mesmas (TEIXEIRA, 2017).

As microempresas formam um segmento importante de qualquer economia em crescimento, dado elas constituem um meio de sobrevivência para muitas famílias (MORAES; OLIVEIRA, 2011). De acordo com Siqueira e Barbosa (2016) as microempresas são responsáveis por mais de 41 milhões de empregos no setor privado do Brasil, sendo que esses empreendedores com negócios de cinco ou menos funcionários são extremamente importantes para o mercado.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou em março de 2019 a criação de uma linha de crédito para pequenos negócios. A referida linha conhecida como “Crédito Pequenas Empresas”, possui o objetivo de gerar empregos e a ampliação da concessão de crédito para empresas de menor porte, responsáveis por mais de 50% dos postos de trabalho formais no país.

A pandemia causada pelo COVID-19 evoluiu rapidamente e estima-se que levará a uma grande crise econômica. Entre as organizações que devem ser mais duramente atingidas pela crise, estão as micro e pequenas empresas, que estão entre os principais impulsionadores da atividade econômica no Brasil. O novo coronavírus é o agente causador da “Síndrome respiratória aguda grave 2, abreviado como “SARS-CoV-2”. A COVID-19, do inglês *Coronavirus Disease 2019*, é a doença infecciosa causada pelo novo coronavírus (HOSODA et al., 2020).

Atualmente, existe uma preocupação sobre quantas dessas empresas sobreviverão à recessão devido à pandemia. O governo tem adotado medidas como um programa de empréstimos subsidiados para o pagamento de salários, mas existe o temor de que para muitas dessas empresas, esse programa por si só não

fornece o dinheiro que elas precisarão para pagar suas despesas e retomar seus negócios.

A rápida disseminação global da pandemia ameaça afetar milhões de pessoas já vulneráveis pela insegurança alimentar, desnutrição e pelos efeitos de conflitos e outros desastres (HOSODA et al., 2020). Todos os dias, as pessoas estão perdendo emprego e renda, sem nenhuma maneira de saber quando a normalidade retornará. As pequenas nações insulares, fortemente dependentes do turismo, têm hotéis vazios e praias desertas. A Organização Internacional do Trabalho estima que 195 milhões de empregos podem ser perdidos (LU; ZHANG, 2020).

Os casos de COVID-19 afetaram milhões de pessoas em todo o mundo e países ao redor do mundo estão se esforçando para comprar equipamentos que salvam vidas, uma vez que a pandemia coloca uma demanda sem precedentes em hospitais. Com os sistemas de saúde dobrando sob a pressão do vírus, que já matou milhares de pessoas, especialistas alertam que o coronavírus pode devastar os países que carecem de equipamentos e infraestrutura de saúde de acordo com a Organização Mundial da Saúde (WHO, 2020).

As infecções por coronavírus continuam a crescer, em alguns países. Os micro e pequenos exportadores brasileiros que atuam em setores essenciais como alimentos e energia continuam exportando. Mas a crise da COVID-19 afetou fortemente as pequenas empresas do Brasil, segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2020).

Portanto, para além deste grande problema, outros estudos já enfatizavam e sinalizavam nos últimos anos sobre a importância dos pequenos negócios na garantia do desenvolvimento social, na redução da pobreza e no crescimento econômico (KIM, KANG, 2014; RIBEIRO-SORIANO, 2017; SI, AHLSTROM, WEI, CULLEN, 2020).

Considerando todos esses fatores, o problema a ser respondido nesta pesquisa é: Quais os principais desafios encontrados para a gestão financeira das MPEs da Região Sul do Estado de Goiás, especificamente nas pequenas indústrias do município de Morrinhos a partir do surgimento da crise da COVID-19?

A presente pesquisa tem como objetivo geral de analisar os principais desafios encontrados para a gestão financeira das MPEs da Região Sul do Estado

de Goiás, especificamente nas pequenas indústrias de Morrinhos a partir do surgimento da crise da COVID-19.

Partindo da intenção do estudo, a pesquisa apresenta os seguintes objetivos específicos:

- ❖ Identificar os efeitos da pandemia da COVID-19 na disponibilidade de linhas de crédito oferecidas pelas instituições financeiras às micro e pequenas empresas;
- ❖ Analisar os principais impactos da crise no fluxo de caixa das empresas;
- ❖ Identificar outras medidas que poderiam ser tomadas pelo governo federal para a retomada da atividade econômica após a crise.

Este estudo é relevante, dada a importância das micro e pequenas empresas para a economia brasileira e mundial, considerando-se ainda os efeitos recessivos de uma pandemia com a gravidade da provocada pela COVID-19, que podem levar ao desaparecimento de muitas dessas organizações.

Este trabalho justifica-se nas esferas acadêmica e social. No âmbito acadêmico busca contribuir com as pesquisas já existentes sobre a temática e acrescentar conhecimento aos estudos já realizados sobre a temática do acesso ao crédito. No tocante a importância social busca esclarecer sobre as mudanças nas linhas de créditos para MPes.

O acesso ao crédito desempenha um papel essencial no desenvolvimento das economias do mundo. O aumento da disponibilidade de crédito permite que o capital de investimento seja utilizado por indivíduos e empresas, o que leva ao crescimento da atividade econômica, principalmente após a pandemia da COVID-19.

A disparidade no acesso ao crédito por parte das micro e pequenas empresas no mundo desenvolvido e no mundo em desenvolvimento é muito grande. Pesquisas do Banco Mundial mostram que micro, pequenas e médias empresas nos países em desenvolvimento são afetadas desproporcionalmente pelo pouco acesso ao crédito. O *déficit* de financiamento existente para as MPME nos países em desenvolvimento é estimado em US\$ 2,1 a US\$ 2,6 trilhões, o equivalente a 30 a 36% de seu crédito pendente (TEIXEIRA, 2017).

Tradicionalmente, aqueles que vivem na pobreza e não têm acesso a instituições financeiras como bancos só podem receber empréstimos de emprestadores informais de dinheiro; isso é caro e arriscado. Embora o microcrédito tenha sido usado por governos e Organizações Não Governamentais (ONGs), ele ainda é caro, limitado geograficamente e muitas vezes ineficaz devido a avaliações de risco precárias (TEIXEIRA, 2017). Nos últimos anos, esse padrão começou a mudar. Por meio do dinheiro móvel, essas barreiras anteriormente intransponíveis ao acesso ao crédito foram abordadas pelas empresas iniciantes.

São essas preocupações que fundamentam a proposta da presente pesquisa de Mestrado apresentada ao Centro Universitário Alves de Faria.

Após esta introdução, segue-se a apresentação do referencial teórico no Capítulo 2. Em seguida é apresentada no Capítulo 3, a metodologia da pesquisa a ser realizada. No capítulo 4 são apresentados os resultados e finalmente as considerações finais do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica apresenta os conceitos de Micro e Pequenas Empresas (MPEs), abordando suas peculiaridades quanto à gestão financeira e os possíveis reflexos da Pandemia da Covid-19 nessas empresas.

2.1 Micro e Pequena Empresa e sua importância

As microempresas são um segmento vibrante e lucrativo de qualquer economia em crescimento, mas geralmente são arrastadas para o mesmo tornado de informações que se aplica às pequenas empresas em geral. No entanto, à medida que mais membros da força de trabalho se tornam independentes, o crescimento das microempresas aumentou significativamente (MORAES; OLIVEIRA, 2011).

Microempresas são empresas com vendas e ativos anuais avaliados em menos de R\$ 250.000 por ano e com menos de cinco funcionários, incluindo o proprietário. Uma subcategoria de pequenas empresas, as microempresas se desenvolvem em uma variedade de indústrias; depois, eles podem crescer além de sua fundação original ou permanecer do mesmo tamanho durante a vida da empresa (TEIXEIRA, 2017). Algumas das microempresas mais comuns incluem fotografia, serviços de informática, limpeza de casas, planejamento de eventos e contabilidade. No entanto, independentemente do setor, todas as microempresas exigem muitas das mesmas habilidades para prosperar como suas contrapartes maiores.

Apesar de abranger um grande segmento da comunidade empresarial, as microempresas continuam recebendo pouca atenção em relação à sua importância no cenário econômico geral. Como resultado, os formuladores de políticas continuam elaborando uma legislação para pequenas empresas que pode afetar muito as microempresas sem avaliar suas necessidades específicas (SIQUEIRA; BARBOSA, 2016).

Frequentemente reforçadas por um nível de experiência e compromisso com o atendimento de qualidade, as pequenas e microempresas oferecem aos consumidores uma experiência personalizada em uma sociedade onde a conexão interpessoal é avaliada tanto quanto o preço (FIGUEIREDO; MARTINELLI, 2002).

Muitas vezes uma microempresa enfrenta desafios que grandes empresas não enfrentam. O micro empresário terá mais dificuldade em contratar funcionários e atrair talentos por causa de sua falta de exposição. Pelo mesmo motivo, as microempresas não têm o mesmo alcance de clientes que as grandes empresas. Instituições financeiras podem se recusar a conceder empréstimos se a empresa for muito pequena. As microempresas têm mais dificuldade em desenvolver linhas de crédito com fornecedores devido ao aumento do risco de inadimplência (SIQUEIRA; BARBOSA, 2016).

De um plano comercial sólido a assistência jurídica profissional, uma microempresa deve ser tratada com o mesmo nível de iniciativa e compromisso que qualquer empresa de tamanho maior (SILVA, 2017). Essa mesma iniciativa e compromisso levou muitas microempresas a se transformarem em entidades maiores que compõem o mercado de pequenas empresas (FIGUEIREDO; MARTINELLI, 2002).

Embora não exista uma definição universal ou mesmo nacional que impeça que uma microempresa também seja rotulada de pequena empresa, as pequenas empresas são identificadas como empresas com fins lucrativos que são de propriedade e operação independentes, mas não dominam seu setor ou mercado local. Geralmente, eles empregam 500 ou menos funcionários e seus ativos totalizam menos de R\$ 1 milhão por ano (MORAES; OLIVEIRA, 2011).

Diferentemente de suas contrapartes de microempresas, as pequenas empresas tendem a ter menos dificuldade em obter empréstimos de capital ou linhas de crédito, e o recrutamento como uma empresa independente recebe menos resistência, pois suas empresas são vistas como mais solventes financeiramente. Essa solvência tem um preço, no entanto, como muitas pequenas empresas, quando registradas como empresa, descobrirão que seus impostos são calculados com uma alíquota de imposto corporativo, em vez da alíquota de imposto pessoal comumente usada por microempresas administradas.

A estrutura tributária e o processo de recrutamento também podem afetar as pequenas empresas quando se trata de seu sistema de folha de pagamento. À medida que as empresas crescem, uma equipe interna de pequenas empresas pode exigir algo mais robusto do que um sistema de contabilidade padrão para garantir a aderência aos impostos sobre as folhas de pagamento, impostos corporativos e políticas fiscais do governo. Um sistema interno de folha de pagamento, ou

terceirização para uma empresa independente especializada em contabilidade de folha de pagamento, pode ajudar a aliviar os problemas que surgem com o aumento no tamanho e na logística (MORAES; OLIVEIRA, 2011).

Embora todas as microempresas sejam tecnicamente pequenas, os custos operacionais e as receitas coletadas costumam ser significativamente maiores para uma pequena empresa à medida que ela aumenta, mesmo com a adição de apenas um novo funcionário. No entanto, com as microempresas responsáveis por mais de 41 milhões de empregos no setor privado no Brasil, esses empreendedores com negócios de cinco ou menos funcionários garantem sua própria representação no mercado (TEIXEIRA, 2017).

Apesar de abranger um grande segmento da comunidade empresarial, as microempresas continuam recebendo pouca atenção em relação à sua importância no cenário econômico geral. Como resultado, os formuladores de políticas continuam elaborando uma legislação para pequenas empresas que pode afetar muito as microempresas sem avaliar suas necessidades específicas.

Ao se identificar sua empresa como pequena ou micro, não há como negar as vantagens de administrar uma empresa em um nicho ou em uma escala limitada. Os dois tamanhos de empresa servem às economias locais como fornecedor de bens e serviços para um público-alvo que as empresas de médio e grande porte podem ter como certa. Frequentemente reforçadas por um nível de experiência e compromisso com o atendimento de qualidade, as pequenas e microempresas oferecem aos consumidores uma experiência personalizada em uma sociedade onde a conexão interpessoal é avaliada tanto quanto o preço (MORAES; OLIVEIRA, 2011).

De acordo com o SEBRAE (2017) todas as microempresas são pequenas empresas. A única diferença é que um microempresário é um subconjunto da comunidade de pequenas empresas com base no número de funcionários dentro da empresa. Embora sua empresa possa ser considerada tecnicamente uma pequena empresa, mesmo que tenha dezenas de funcionários, sua empresa é uma microempresa se microempresário empregar menos de seis pessoas (TEIXEIRA, 2017).

Uma microempresa enfrenta desafios adicionais que outras empresas, incluindo grandes empresas de pequeno porte, não enfrentam. O microempresário terá mais dificuldade em contratar funcionários e atrair talentos por causa de sua

falta de exposição. Pelo mesmo motivo, as microempresas não têm o mesmo alcance de clientes que as grandes empresas. Instituições financeiras tradicionais podem se recusar a emitir empréstimos se sua empresa for muito pequena. As microempresas têm mais dificuldade em desenvolver linhas de crédito com fornecedores devido ao aumento do risco de inadimplência.

Sobre as organizações de pequeno porte, as chamadas micro e pequenas empresas, Figueiredo e Martinelli (2002, p. 5), explicam que:

A empresa de pequeno porte caracteriza-se também por ter uma administração independente; frequentemente, os gerentes são os proprietários; a empresa pertence a um indivíduo ou a um pequeno grupo; a área de operações da empresa é local, com uma fábrica e um escritório; além disso, o pequeno tamanho será relativo quanto ao seu gênero industrial visto globalmente.

Várias são as entidades que procuram contribuir para que essas empresas cresçam e sejam prósperas, pois geram muito emprego, renda e benefícios para a economia local e nacional. Também há incentivos por parte dos governos municipais, estaduais e federal, procurando fazer com que sejam cada vez mais longevas e prósperas.

O Quadro 1 reproduz os critérios utilizados em alguns órgãos e instituições para classificação das micro, pequenas e médias empresas. Percebe-se a diversidade de critérios utilizados, mesmo em diferentes esferas governamentais.

Quadro 1 – Critérios para classificação das micro, pequenas e médias empresas.

Entidade	Critérios
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	Número de pessoas ocupadas a) Indústria Micro até 19 pessoas Pequena de 20 a 99 pessoas Média de 100 a 499 pessoas Grande acima de 500 pessoas b) Comércio Micro até 9 pessoas Pequena de 10 a 49 pessoas Média de 50 a 99 pessoas Grande acima de 500 pessoas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	Número de pessoas ocupadas Micro até 19 pessoas Pequena de 20 a 99 pessoas Média de 100 a 499 pessoas Grande acima de 500 pessoas

Ministério do Trabalho	Número de pessoas ocupadas Micro até 9 pessoas Pequena de 10 a 99 pessoas Média de 100 a 499 pessoas Grande acima de 500 pessoas
BNDES	a) Receita operacional líquida anual ou anualizada Pequena até R\$ 4.000.000 Média até R\$ 15.000.000 Grande acima de R\$ 15.000.000 b) Nos casos de implantação a classificação será feita com base na projeção de vendas utilizadas no empreendimento.

Fonte: Kassai (2011, p. 81).

Para ser classificada como micro ou pequena empresa, a receita bruta anual da empresa não deve exceder R\$ 360.000 para microempresa e R\$ 3.600.000 para pequenas (TEIXEIRA, 2017). O número de funcionários também é levado em consideração, conforme descrito no Quadro 2:

Quadro 2 – Critérios para classificação das micro, pequenas e médias empresas.

Classificação	Indústria e Construção	Negócios e Serviços
Micro Empresas	Até 19 funcionários	Até 9 funcionários
Negócio pequeno	De 20 a 99 funcionários	De 10 a 49 funcionários
Médias Empresas	De 100 a 499 funcionários	De 50 a 99 funcionários
Grandes Empresas	Mais de 500 funcionários	Mais de 100 funcionários

Fonte: Teixeira (2017).

As micro e pequenas empresas empregam cerca de 16 milhões de pessoas, representando 51,7% dos empregos privados criados por entidades. Estudos mostram que para cada R\$ 100,00 em salários, R\$ 40,00 é pago por micro e pequenos empresários. Em 2012, o salário médio nas micro e pequenas empresas foi de R\$ 1.334,00. As micro e pequenas empresas têm uma participação de cerca de 25% no Produto Interno Bruto do Brasil (SEBRAE, 2017).

Distribuição de micro e pequenas empresas por região: Sudeste: 51%; Sul: 24%; Nordeste: 14,5%; Centro-Oeste: 7% e Norte: 3,5% O governo brasileiro acolhe com satisfação esse número crescente, afirmando que as micro e pequenas empresas são essenciais para promover o crescimento econômico, criar empregos e melhorar a qualidade de vida da população. Como incentivo às pequenas e médias empresas, o governo brasileiro declarou que os lucros provenientes do investimento nessas empresas estarão isentos do Imposto de Renda de julho de 2014 a 2023 (SEBRAE, 2017).

2.2 Gestão Financeira nas micro e pequenas empresas

De acordo com Tachizawa e Faria (2007), frequentemente, verifica-se que funções como produção, gestão de mão de obra e marketing recebem a devida atenção dos proprietários de negócios. A contabilidade, entretanto, é deixada para os contadores, que a entendem melhor. Isso deixa a função crítica e estratégica de Gestão Financeira amplamente ignorada. Este importante elemento da gestão de uma empresa precisa ser mais bem apreciado, começando por desenvolver o entendimento de que é muito distinto da mera contabilidade.

A Gestão Financeira envolve o gerenciamento dos recursos financeiros da empresa para atingir seus objetivos de obter o máximo retorno para o proprietário. Envolve o mapeamento dos recursos financeiros e não financeiros com os objetivos do negócio para garantir que o funcionamento do negócio seja otimizado.

Como ferramenta de planejamento, a Gestão Financeira ajuda a garantir que a forma como o capital é levantado, como é investido e com que eficiência é usado sejam otimizados. Como ferramenta de monitoramento, o Gerenciamento Financeiro pode ajudar o proprietário de uma empresa a identificar áreas problemáticas por meio de análises de variação e proporção. Vários autores consideram o Balanço Patrimonial da empresa e quais princípios fundamentais um proprietário deve ter em mente (PREISLER, 2003; TACHIZAWA, FARIA, 2007; MORAES; OLIVEIRA, 2011).

De acordo com Figueiredo e Martinelli (2002), sendo uma microempresa, é mais difícil obter empréstimos de bancos devido ao seu tamanho. Com recursos limitados, o microempresário fará a maior parte do trabalho o tempo todo, a menos que opte por terceirizar algum trabalho.

Para Tachizawa e Faria (2007), a falta de capital de giro, a recessão econômica no país e a carga tributária são as maiores dificuldades encontradas na condução dos empreendimentos de pequeno porte. Porém, a falta de clientes ou do cumprimento de suas obrigações, mercado financeiro que dificulta o crédito, concorrência acirrada e a falta de conhecimento gerencial — pouco admitida pelos microempreendedores — são os principais inibidores dos negócios.

Moraes e Oliveira (2011) concluíram que o principal desafio enfrentado por essas empresas com a política de crédito (sistema) dos bancos era o processo

burocrático dentro dos bancos que cria atrasos indevidos nas aquisições de empréstimos. De acordo com os autores, as pequenas e médias empresas representam 15,5% da força de trabalho e 6% do PIB. Sendo assim, o papel dinâmico das pequenas e médias empresas de médio porte nos países em desenvolvimento não pode ser subestimado. Os mesmos autores observaram que o papel das pequenas e médias empresas na facilitação do desenvolvimento econômico global atraiu atenção crescente na última década. O setor de pequenas empresas é visto como um importante colaborador na transição para uma economia de mercado, através dos processos de inovação, criação de empregos, geração de renda e dinâmica de negócios.

De acordo com Teixeira (2017) o gerenciamento financeiro pode ser simplesmente definido como as formas e os meios de gerenciar o dinheiro. Mais formalmente, é a determinação, aquisição, alocação e utilização de recursos financeiros, geralmente com o objetivo de atingir algumas metas ou objetivos específicos. Para o autor, no Brasil as PMEs enfrentam muitos desafios de financiamento com os bancos comerciais.

Para Higgins (2014, p. 22) o fluxo de caixa “[...] é a movimentação do dinheiro que entra e sai de uma conta de caixa em um determinado período”. De acordo com Higgins o ciclo do capital de giro de uma empresa é o tempo necessário para converter o capital de giro líquido total (ativos circulantes menos passivos circulantes) em dinheiro. Normalmente, as empresas tentam gerenciar esse ciclo vendendo estoque rapidamente, obtendo receita de clientes rapidamente e pagando contas lentamente para otimizar o fluxo de caixa.

O dinheiro fica preso no estoque até que possa ser vendido. Como resultado, o dinheiro investido no estoque não está disponível para usos alternativos. Manter um ciclo operacional curto e um ciclo de conversão de caixa são maneiras pelas quais as empresas minimizam o armazenamento de estoque e os custos de depreciação e mantêm sua liquidez alta. Um ciclo operacional é o período médio entre a aquisição do estoque e o recebimento do dinheiro da venda do estoque. Um ciclo operacional curto significa um retorno mais rápido do investimento para o estoque da empresa.

Para Higgins (2014) o ciclo de conversão de caixa é o número de dias necessários para uma empresa converter recursos em fluxos de caixa. Essa medida calcula o período durante o qual entrada é comprometida com os processos de

produção e vendas antes de ser convertido em dinheiro por meio do processo de contas a receber. O processo de conversão de caixa fornece uma visão sobre a estabilidade financeira de uma empresa porque reflete o período durante o qual os ativos estão comprometidos com os processos de negócios e, portanto, não estão disponíveis para investir para obter retornos ainda maiores. Como resultado, quanto mais curto for o ciclo de conversão de caixa, melhor.

Para calcular o ciclo operacional, determina-se a duração de cada elemento do ciclo operacional, incluindo matérias-primas, produtos em processamento, produtos acabados e contas a receber (Figura 1). Em seguida, calcula-se a duração agregada do ciclo somando-se cada um desses elementos. Quanto maior o ciclo operacional, maior a necessidade de capital de giro do negócio. Quanto maior a necessidade de capital de giro, maior o custo de manutenção dos estoques, incluindo o pagamento de juros, e maior o custo de oportunidade devido à impossibilidade de aplicar recursos em um uso superior. Além disso, quanto menor o ciclo operacional, maior o número de ciclos concluídos por ano e maior o lucro bruto e líquido anual.

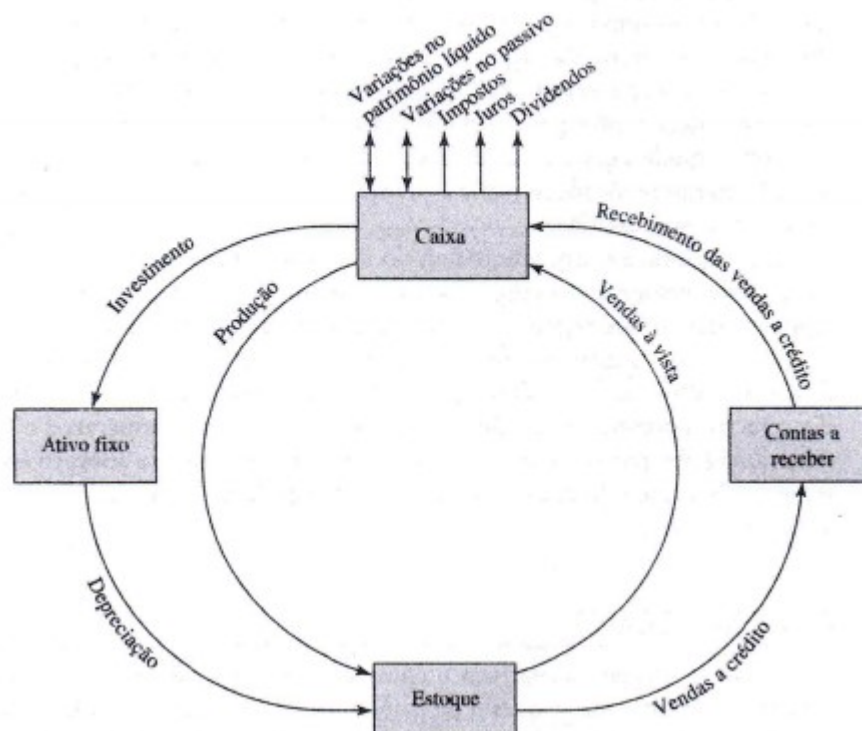


Figura 1: O ciclo de produção-fluxo de caixa.

Fonte: Higgins (2014, p. 56).

O cálculo do ciclo de conversão de caixa utiliza elementos da equação do ciclo operacional, incluindo matérias-primas, produtos em processo, produtos acabados e contas a receber, além dos dias a pagar pendentes. Os dias de contas a pagar pendentes representam o tempo médio exigido pela empresa para pagar seus fornecedores. Para isso, calcula-se o giro de contas a pagar dividindo-se o custo dos produtos vendidos pelo contas a pagar. Em seguida, divide-se 365 dias pelo giro de contas a pagar para determinar as contas a pagar pendentes. Para se determinar o ciclo de conversão de caixa, adiciona-se as vendas em dias pendentes e as vendas em dias no estoque e, a seguir, subtrai-se as contas a pagar em dias pendentes. O ciclo de conversão de caixa resultante mede o período entre a saída de caixa dos materiais necessários para a produção de um produto ou serviço e a entrada de caixa das vendas. Uma diminuição no ciclo de conversão de caixa pode levar a um aumento na margem de lucro operacional.

O ciclo é composto por três componentes principais do capital de giro: Dias de Estoque Pendentes (DEP), Dias de Vendas Pendentes (DVP) e Dividas a Pagar Pendentes (DPP). O Ciclo de Conversão de Caixa (CCC) é igual ao tempo que leva para vender o estoque e coletar contas a receber menos o tempo que leva para pagar as contas a pagar da empresa:

$$\text{Ciclo de conversão de dinheiro (CCC)} = \text{DIO} + \text{DSO} - \text{DPO}$$

Um ciclo curto permite que uma empresa adquira rapidamente dinheiro que pode ser usado para compras adicionais ou reembolso de dívidas. Quanto menor o ciclo de conversão de caixa, mais saudável é a empresa em geral. As empresas tentam encurtar o ciclo de conversão de dinheiro, acelerando os pagamentos dos clientes e diminuindo os pagamentos aos fornecedores. O CCC pode até ser negativo; por exemplo, se a empresa tem uma posição forte no mercado e pode ditar os termos de compra aos fornecedores (ou seja, pode adiar seus pagamentos).

Gomes et al. (2014) afirmam que o aspecto de gerenciamento financeiro do planejamento envolve a previsão precisa das receitas, despesas e lucro líquido da empresa. O proprietário da empresa usa a previsão - às vezes chamada de orçamento - como uma ferramenta para gerenciar a empresa. As variações negativas significativas da previsão indicam que o ambiente de negócios e o

desempenho de sua empresa no mercado não eram o que ele supunha que seriam quando ele criou seu plano anual. A análise dessas variações concentra sua atenção nas mudanças que ele precisa fazer em suas estratégias ou operações para fazer com que a empresa retorne ao caminho de alcançar seus objetivos.

Toda empresa é formada e administrada com recursos financeiros e outros, embora, eventualmente, o nível de recursos financeiros disponíveis determine o tempo, o tamanho e a implantação dos outros recursos. De fato, o financiamento "escasso" disponível deve ser administrado para alcançar os resultados gerais da administração nos respectivos negócios. Em outras palavras, é somente através do gerenciamento eficiente das finanças que os objetivos de um negócio podem ser alcançados (TEIXEIRA, 2017).

Precisamente, as finanças têm uma influência integral na alocação geral de recursos em todas as empresas. Como tal, subjacente à base da alocação de recursos está o conceito de gestão financeira. No entanto, a gestão financeira em si é uma habilidade ou conhecimento que deve ser adquirido em seus termos. Toda empresa deve ter seus princípios corretos para ter sucesso.

2.1.1 Crédito às micro e pequenas empresas

Para Gonçalves, Macedo e Bergamini (2018) empréstimos são concedidos a pequenas empresas para diversos fins por um credor. Estes empréstimos podem ter menos requisitos restritivos, permitindo que a empresa de pequeno porte para garantir os fundos. Um empréstimo para pequenas empresas pode fornecer outros incentivos para o mutuário, o que poderia minimizar as despesas para os negócios.

De acordo com Motta e Calôba (2015) existem vários tipos de créditos, são eles:

- Cartões de crédito comercial - É uma maneira conveniente de estabelecer uma classificação de crédito positiva; no entanto, o proprietário da empresa deve prestar muita atenção aos termos e condições do cartão.
- Empréstimos comerciais sazonais - Eles são adequados para empresas que possuem um estoque que varia de acordo com as estações do ano.

- Empréstimos a prazo - são os empréstimos comerciais mais comuns. Eles têm taxas fixas que são pagas mensalmente ou trimestralmente e têm uma data de vencimento definida.
- Empréstimos a prestações - Esses empréstimos requerem o pagamento por meio de pagamentos regulares durante a vida de um empréstimo. O prazo do empréstimo pode demorar alguns meses ou se estender até 30 anos.
- Linhas de crédito - Oferecem altos limites de crédito e taxas de juros mais baixas em comparação com cartões de crédito. Eles dão grandes quantias, mas estão restritos a empresas com dois anos ou mais.

Para Gonçalves, Macedo e Bergamini (2018) um empréstimo a prazo regular é uma escolha popular para os credores comerciais. Esta é uma quantia em dinheiro que se paga durante um determinado período de tempo. Um empréstimo é um empréstimo concedido a Pequenas Empresas, que oferece taxas de juros mais baixas. Um cartão de crédito comercial é uma conta que permite fazer compras online ou em lojas, pagando o dinheiro mais tarde. Uma linha de crédito é quando o seu banco o aprova por um certo valor, mas se paga apenas juros sobre o dinheiro que retirar.

Geralmente, uma das primeiras formas de crédito que uma pequena empresa recebe é o financiamento ou leasing de equipamentos. A empresa de equipamentos permite que se faça pagamentos durante um certo período quando se financia. Se alugar o equipamento, pagará uma quantia menor e terá a opção de comprá-lo no final do prazo do aluguel.

Para Teixeira (2017) as empresas precisam de capital para manter as operações comerciais. As operações iniciais emprestam dinheiro para pagar as despesas relacionadas à localização da empresa, novo estoque, mobiliário e equipamentos. As empresas tomam emprestado dinheiro de instituições de crédito, incluindo bancos, cooperativas de crédito e poupança e empréstimos. Para muitas empresas iniciantes, o empréstimo de dinheiro garante que a empresa tenha capital suficiente para abrir as portas e permanecer à tona até obter lucro.

De acordo com Gonçalves, Macedo e Bergamini (2018) a maioria das empresas precisará de crédito em algum momento, seja ao iniciar ou expandir. Para os autores, compreender suas opções e o que significam os termos de crédito comercial podem fazer uma grande diferença no valor total pago.

Para Teixeira (2017) os fundos emprestados ajudam a pagar os custos iniciais da empresa. O empréstimo de dinheiro é uma das fontes de financiamento mais comuns para pequenas empresas, de acordo com a Administração de Pequenas Empresas. Muitos novos empresários exageram o crédito pessoal para pagar as despesas iniciais. Os empréstimos de fundos para pagar os custos iniciais beneficiam os empresários, porque eles não precisam contar com crédito pessoal, poupança e cartão de crédito para financiar novas compras comerciais. Os fundos emprestados eliminam riscos financeiros pessoais que os empresários assumem ao iniciar uma nova operação.

De acordo com Teixeira (2017) as empresas geralmente têm mais flexibilidade do que os indivíduos no pagamento de empréstimos. Isso é essencial para as empresas iniciantes, que possuem capital limitado para reembolsar os fundos emprestados. Embora a maioria das empresas pague empréstimos mensalmente, novas empresas podem ter a opção de estruturar os pagamentos de maneira a serem mais baixos no início, quando os negócios são menos lucrativos. Depois que a empresa obtém lucro, os pagamentos aumentam gradualmente.

Um perfil sólido de crédito comercial é vantajoso para as empresas iniciantes, pois cria credibilidade e a capacidade da empresa de atrair novos credores no futuro. Crédito comercial é o crédito que existe apenas em nome da empresa e é separado do crédito pessoal do proprietário da empresa. Empréstimo de dinheiro estabelece crédito comercial porque o credor relata pagamentos pontuais às agências de crédito que mantêm um perfil de crédito do novo negócio (FIGUEIREDO; MARTINELLI, 2002).

De acordo com Teixeira (2017) embora os termos, custos, usos e outras informações possam variar amplamente, existem alguns princípios básicos que definem o que são empréstimos para pequenas empresas e como eles funcionam. Um empréstimo para pequenas empresas é iniciado quando um mutuário - geralmente um empresário ou grupo de coproprietários - empresta uma quantia em dinheiro de um credor com base em um contrato pré-especificado para reembolsar essa quantia mais juros por um período de tempo.

Gonçalves, Macedo e Bergamini (2018) comentam que nessa definição abrangente, diversos tipos e estilos de contratos de empréstimo evoluíram ao longo do tempo entre os credores de pequenas empresas e os proprietários que emprestam fundos para seus negócios. Infelizmente, um dos três principais fatores

que mais afetam sua capacidade de se qualificar para um empréstimo para pequenas empresas é totalmente fora de seu controle: a quantidade de tempo que se está no mercado. Os credores sabem que estatisticamente, cerca de 20% das empresas falham no primeiro ano de operações; portanto, quanto mais tempo se trabalha, mais estável é estatisticamente o seu empreendimento (PEZZI, 2005).

Sobre o crédito a este perfil de empresa, de acordo com Lacerda (2020, s/p) “A Sondagem Conjuntural do Sebrae de 2019 mostrou que, após quedas sucessivas, houve crescimento de 4 pontos percentuais no índice de empresários que buscaram empréstimos ou financiamentos”. O pesquisador ainda continua e afirma sobre o acesso ao crédito dos micros e pequenos empresários no Brasil:

O período de boas perspectivas, no entanto, durou pouco. Um estudo divulgado em maio, feito em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), mostrou que mais da metade das MPEs não conseguiu os empréstimos solicitados. Entre os MEIs esse índice é de quase 70%. Em mais de 25% dos casos a justifica foi a falta de pagamento de débitos anteriores. A falta de garantias e a burocracia também foram citadas. Segundo o gerente de Capitalização e Serviços Financeiros do Sebrae, Márcio Augusto Montella, é preciso identificar como contornar esses entraves. Ele ressalta que os bancos precisam adaptar as linhas de crédito ao período da pandemia. [...] Montella reforça que o problema do empreendedor brasileiro não está só no acesso ao crédito. As soluções precisam vir também para outras frentes, com auxílio, orientação e formação que capacitem os micro, pequenos e médios empresários (LACERDA, 2020, s/p).

No Brasil, os pequenos e microempresários enfrentam muitos desafios de gerenciamento de negócios e sofrem, principalmente, em termos de suas práticas de gerenciamento financeiro e agora convivem com a Pandemia da Covid-19 sem ao menos data para fim da crise.

2.2 Crise global: reflexos da Pandemia da COVID-19 nas micro e pequenas empresas brasileiras

Quase 10 milhões de brasileiros não receberam renda e 19 milhões foram retirados do trabalho em maio devido à pandemia da COVID-19, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020). A pesquisa é uma versão da Pesquisa Nacional por Amostra Contínua, conhecida como PNAD, com foco na COVID-19. A pesquisa também detectou que houve uma redução na renda

dos trabalhadores brasileiros, sendo que o Brasil contava com 84,4 milhões de trabalhadores empregados em maio de 2020. Desse total, 22,5% estavam desempregados na semana da pesquisa e 18,6% estavam desempregados devido ao distanciamento social.

Ainda de acordo com a mesma pesquisa, a maior taxa de demissões foi entre trabalhadores informais: trabalhadores domésticos sem contrato formal (33,6%), funcionários do setor público sem contrato formal (29,8%) e funcionários do setor privado sem contrato formal (22,9%). Segundo o IBGE, a renda efetiva dos trabalhadores brasileiros caiu 18,2% em maio do ano corrente, para R\$ 1.899. Entre os que permaneceram no trabalho, quase um terço trabalhou menos do que o habitual. A pesquisa do IBGE também identificou que 38,7% das famílias brasileiras receberam algum tipo de ajuda monetária relacionada à pandemia. O valor médio recebido pelas famílias foi de R\$ 847 (IBGE, 2020).

O Fundo Monetário Internacional (FMI) estima uma profunda recessão para a América Latina e o Caribe em 2020, com uma contração do PIB de 9,4%. Brasil e México, as duas maiores economias da região, estão prejudicando os resultados, pois os dois países continuam sofrendo com a pandemia de Covid-19.

As estimativas são de uma queda de 10,5% no PIB do México, que perdeu cerca de um milhão de empregos durante a pandemia. A atividade industrial do país caiu quase 30% em abril de 2020 em comparação com o ano anterior em meio ao seu bloqueio, segundo a *Associated Press*. De acordo com o FMI, o PIB do Brasil encolherá 9,1% em 2020, o que seria a pior queda nos registros históricos. O relatório anterior do Fundo previa que o México e o Brasil contrairiam 5,3% e 6,6%, respectivamente. A agência multilateral de empréstimos disse em seu relatório que na América Latina "a maioria dos países ainda está lutando para conter infecções" (LABS, 2020).

Portanto, neste cenário, Nassif, Corrêa e Rossetto (2020, p. 4-5) explicam que:

Em todas as pandemias, destacou-se o papel comum dos governos e sua importância nas iniciativas para minimizar o impacto das ocorrências não apenas na saúde pública, implementando ações que visaram diminuir sua incidência e disseminação, como no contexto dos negócios, buscando proteger o segmento produtivo de modo geral. Em 2009, para citar apenas a mais recente delas, sob o ponto de vista sanitário, o Brasil implantou uma série de medidas, como a criação de um sistema de barreira de Influenza em todos os aeroportos e nas capitais brasileiras, intensificou a campanha de vacinação contra gripe, ampliou os grupos prioritários para vacina etc.

No campo econômico, as ações visaram proteger, sobretudo, a agroindústria nacional. Foram liberados créditos junto ao BNDES e outros órgãos de fomentos para recomposição do capital de giro, além da criação de convênios para fortalecimento das atividades econômicas das regiões mais afetadas pela epidemia.

O surto de COVID-19 apresenta, sem dúvida, uma série de sérios desafios para a economia global. O Brasil não é exceção. Para proteger o forte momento econômico recessivo do país e o crescente impacto no ecossistema de negócios, o governo brasileiro implementou uma série de programas de apoio e pacotes de ajuda. À medida que o número de casos da COVID-19 começou a aumentar no Brasil, o governo agiu rapidamente na tentativa de proteger sua economia do possível impacto do vírus. Em 19 de março, o governo anunciou que destinaria R\$ 169,6 bilhões (US\$ 33,8 bilhões) para financiamento de emergência, com provisões para combater a pandemia, ajudar a população mais vulnerável e manter o nível de emprego estável. O financiamento de emergência continuou a aumentar à medida que a pandemia evolui no Brasil. O Ministro da Economia brasileiro sugeriu que, em 31 de março, um total de R\$ 750 bilhões (US\$ 148,1 bilhões) foi alocado para garantir a saúde e a segurança no emprego dos brasileiros, enfatizando que esses recursos continuarão aumentando nos próximos dias e semanas.

O governo brasileiro também implementou várias medidas para apoiar os negócios do país durante este período desafiador. Por exemplo, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) destinou R\$ 55 bilhões (US\$ 10,9 bilhões) em fundos de emergência para suspender temporariamente pagamentos de parcelas de financiamento direto e indireto para empresas, proporcionando às empresas alívio de seus pagamentos regulares enquanto a renda permanece instável. Essa provisão também expande linhas de crédito em até R\$ 5 bilhões (US\$ 996 milhões) para micro, pequenas e médias empresas por meio de bancos parceiros, ajudando empresas menores a emprestar fundos adicionais necessários para manter operações durante toda a pandemia (ALMEIDA NETO; MARCONDES, 2020).

Além disso, o Ministério da Economia lançou um abrangente programa de desemprego. Esse programa, no total de R\$ 10 bilhões (US\$ 1,96 bilhão), visa ajudar as empresas a manter seus funcionários na folha de pagamento durante o COVID-19. Ao reduzir o custo dos contratos de trabalho para as empresas e ajudar

as empresas a navegar nas relações de trabalho, espera-se que o programa diminua significativamente as demissões.

Seja por necessidade ou engenhosidade, pequenas empresas pertencentes a minorias podem estar nos dando um sinal precoce de como as empresas brasileiras se adaptarão após a COVID-19. Essas empresas estão experimentando novas maneiras de trabalhar para garantir a segurança de seus funcionários, e introduzindo novos serviços, como entrega gratuita para aqueles que precisam. Com a pandemia de coronavírus houve mudança no funcionamento de 5,3 milhões de pequenas empresas no Brasil, o que equivale a 31% do total. Outras 10,1 milhões, ou 58,9%, interromperam as atividades temporariamente. É o que mostra a segunda edição da pesquisa. Dados da pesquisa do SEBRAE é possível observar como as formas de atuar dos pequenos empreendedores estão evoluindo neste momento. Entre as empresas que continuaram funcionando, 41,9% realizam agora apenas entregas via atendimento online. Outros 41,2% estão trabalhando com horário reduzido, enquanto 21,6% estão realizando trabalho remoto. Outra maneira encontrada pelos pequenos empresários para não interromper o funcionamento foi implementar um rodízio de funcionários. Essa opção foi adotada por 15,3% das empresas. Já a implementação de um sistema de *drive-thru* foi a alternativa para 5,9% delas (SEBRAE, 2020).

No entanto, os empreendedores, estão enfrentando inúmeros desafios, também estão preocupados com os riscos para seus negócios. Muitos estavam em posições financeiramente precárias mesmo antes dos bloqueios da COVID-19, e as pequenas empresas geralmente estão em setores mais suscetíveis a interrupções. Garantir que essas empresas sobrevivam nas circunstâncias atuais exigirá mudanças fundamentais na forma como as organizações do setor privado, público e social se reúnem para apoiá-las (SEBRAE, 2020).

A crise pode afetar desproporcionalmente as pequenas empresas por dois motivos críticos: elas tendem a enfrentar problemas subjacentes que dificultam a execução e a escalabilidade com sucesso, e têm maior probabilidade de se concentrarem nos setores mais afetados pela pandemia. O acesso limitado ao crédito é um fator que prejudica a saúde subjacente das pequenas empresas.

A concentração de pequenas empresas em setores mais suscetíveis a perturbações torna uma grande parte delas vulnerável à pandemia. Os setores de serviços, incluindo serviços de acomodação e alimentação, serviços pessoais e de

lavanderia e varejo, que têm a maior participação de pequenas empresas, podem ser os mais afetados no curto prazo. Esses serviços geralmente exigem proximidade física de outras pessoas e têm menor probabilidade de serem entregues remotamente (SEBRAE, 2020).

As dificuldades imediatas enfrentadas pelos empreendedores e seus negócios exigem uma ação rápida dos tomadores de decisão nos setores privado, público e social. Atender às suas necessidades de longo prazo e garantir sua longevidade e sucesso exigirá mais esforços e mudanças mais fundamentais (ALMEIDA NETO; MARCONDES, 2020).

O setor público tomou medidas para apoiar e fornecer alívio para pequenas empresas e seus funcionários. No entanto, as menores empresas, especialmente aquelas com receita anual inferior a R\$ 250.000, eram significativamente menos propensas a se inscreverem no Programa de Proteção de Salário. Isso pode ser devido à falta de clareza em relação aos próprios programas ou à mudança de orientação. Independentemente disso, é provável que a menor taxa de aplicação afete muitas pequenas empresas (LABS, 2020).

A liquidez de curto prazo é fundamental para todas as pequenas empresas, mas os desafios podem ser mais agudos para as mais vulneráveis. Alívio imediato na forma de doações, empréstimos, acesso subsidiado a consultoria jurídica, assistência profissional para negociar com credores ou proprietários e créditos de publicidade gratuita podem ajudar pequenas empresas pertencentes a minorias a responder à pandemia e proteger seus funcionários. Os fundos de ajuda comunitária poderiam fornecer apoio de curto prazo às empresas com receitas reduzidas. As grandes empresas também poderiam oferecer subsídios de emergência para apoiar pequenas empresas em crise (NASSIF; CORRÊA; ROSSETTO, 2020).

O alcance é fundamental para garantir que as medidas mencionadas anteriormente produzam impacto. Em alguns casos, as instituições públicas podem precisar melhorar e adaptar seus mecanismos de entrega, de modo a alcançar negócios pertencentes a minorias e atender as suas necessidades específicas. Da mesma forma, todos os atores dispostos a ajudar, incluindo agências governamentais, organizações sem fins lucrativos e empresas do setor privado, podem precisar revisar seus programas de extensão e campanhas educacionais para aumentar a conscientização sobre os tipos de assistência que oferecem. Eles

também podem ver oportunidades para tornar seus programas e serviços mais amigáveis e acessíveis.

O acesso ampliado ao financiamento poderia melhorar drasticamente a saúde subjacente das pequenas empresas, melhorar as chances de atingirem escala e fortalecer sua resiliência financeira. Aqui, o setor público poderia ajudar incentivando empréstimos e abordando as preocupações dos bancos sobre o risco de empréstimos a pequenas empresas mal atendidas. As instituições financeiras de desenvolvimento comunitário podem desempenhar um papel significativo, pois estão profundamente enraizadas em suas comunidades locais e podem ter uma compreensão maior do que as instituições financeiras tradicionais dos desafios que os empreendedores minoritários enfrentam (NASSIF; CORRÊA; ROSSETTO, 2020).

No lado da receita, uma maneira de ajudar no gerenciamento de caixa seria acelerar as contas a receber de clientes governamentais ou de grandes empresas. As empresas que pudessem se dar ao luxo de proporcionar um alívio significativo a seus fornecedores, pagando antecipadamente e reduzindo seu ciclo de conversão de caixa. Os compromissos de compras de organizações governamentais e do setor privado também podem ajudar a nivelar o campo de atuação dos fornecedores pertencentes a minorias (ALMEIDA NETO; MARCONDES, 2020; NASSIF; CORRÊA; ROSSETTO, 2020).

Ajudar as empresas a adaptar seus modelos e operações também pode gerar impacto no curto prazo. Em domínios de alto risco, incluindo empresas e locais de trabalho que exigem proximidade física, será necessário ajustar rapidamente redesenhando experiências sem contato e ambientes de trabalho mais seguros. O acesso à tecnologia é vital. Em todo o país, organizações sem fins lucrativos e voluntários estão ajudando pequenas empresas em suas comunidades a ficar online, desenvolver aplicativos e lançar serviços de coleta e entrega. De maneira mais ampla, as empresas de tecnologia podem desempenhar um papel crítico, fornecendo acesso gratuito ou acessível a ferramentas e soluções digitais para ajudar as empresas mais vulneráveis a atualizar sua tecnologia e competir na era digital (JORNAL CONTABIL, 2020).

Além de apoiar as necessidades de curto prazo das empresas, os tomadores de decisão nos setores privado, público e social devem tratar a pandemia da COVID-19 como um ímpeto para enfrentar os muitos desafios estruturais que essas empresas enfrentam. Mudanças a longo prazo podem ajudar a garantir o

sucesso duradouro dos empreendedores minoritários e de seus negócios. Mais pesquisas são necessárias para ajudar a desenvolver um conjunto específico de recomendações de longo prazo para criar melhores ecossistemas de negócios, aumentar o acesso a financiamento, melhorar a disponibilidade de consultoria comercial e financeira e desenvolver redes mais profundas de pares para empreendedores minoritários. Portanto, de acordo com Nassif, Corrêa e Rossetto (2020, p. 3):

Acompanhando as manifestações dos diferentes setores da indústria, comércio e de empresas de serviços, cada uma com suas especificidades, salientamos a importância de considerar os impactos do COVID-19, em toda sua extensão, nos empreendimentos e seus empreendedores, sobretudo nas micro e pequenas empresas (MPEs). Tal esforço se mostra fundamental. De fato, 98,5% dos aproximadamente cinco milhões de estabelecimentos no Brasil são compostos por micro e pequenas empresas (MPEs), mais suscetíveis às oscilações do mercado e à conjuntura econômica fragilizada, expondo-as a situações de risco. Atualmente, essas empresas respondem por, aproximadamente, 54% dos empregos formais gerados e por 27% de todo o PIB nacional (SEBRAE, 2018), elevando-se ainda mais o potencial impacto negativo na atividade econômica do país como um todo.

A pandemia da COVID-19 exacerbou os muitos desafios das pequenas empresas. Os recursos estão disponíveis para todas as pequenas empresas, mas os dados atualizados permanecem limitados. Esses dados ajudariam os atores do setor privado, público e social a entender e enfrentar melhor os desafios enfrentados pelos micro empresários. Fazer isso não apenas melhorará a resiliência geral e as perspectivas de longo prazo da economia brasileira, mas também ajudará a criar uma sociedade mais equitativa (SEBRAE, 2020; NASSIF; CORRÊA; ROSSETTO, 2020).

Pequenas e médias empresas (PMEs) representam cerca de 48% da economia e fornecem emprego para cerca de 70 milhões de pessoas. O surgimento da pandemia de COVID-19 levou um número crescente de pequenas e médias empresas a temer o impacto econômico sobre a redução de receita e incertezas sobre o futuro (NASSIF; CORRÊA; ROSSETTO, 2020).

Em muitas partes do mundo, a pandemia de COVID-19 prejudicou gravemente empresas de todos os tipos - mas particularmente aquelas com margens operacionais menores, como micro, pequenas e médias empresas (MPMEs). Os negócios e a liquidez secaram, empregos foram perdidos e os

empreendedores reduziram drasticamente, se não fecharam, seus negócios - pelo menos temporariamente.

Na Nigéria, por exemplo, o governo exigiu que as pequenas empresas recebessem uma moratória de um ano sobre todos os pagamentos do principal. Vários países asiáticos introduziram empréstimos de emergência para apoiar as MPMEs e flexibilidade para o reembolso dos empréstimos existentes. Bancos e instituições de microfinanças estão promovendo o uso de cartões de débito para limitar as visitas bancárias e o manuseio de dinheiro (NASSIF; CORRÊA; ROSSETTO, 2020).

As crises financeiras tendem a atingir as pequenas empresas com mais força do que grandes empresas. Como a literatura acadêmica sublinha, as pequenas empresas são sempre atingidas com mais força durante as crises financeiras porque são mais dependentes do capital do banco para financiar seu crescimento. Os mercados de crédito atuam como um "acelerador financeiro" para pequenas empresas, de forma que sintam o mercado de crédito oscilar para cima e para baixo de forma mais aguda. As pequenas empresas estão de volta a criar dois de a cada três novos empregos (SAN MARTIN; SAN MARTIN, 2020).

As pequenas empresas foram duramente atingidas por fechamentos obrigatórios e medidas de segurança necessárias para retardar a disseminação do coronavírus (COVID-19). As empresas têm um número crescente de recursos e programas de ajuda aos quais recorrer, incluindo muitas novas disposições, incluindo o pacote de estímulo aprovado pelo Congresso. Muitas pequenas empresas até 2020 encontraram obstáculos para obter assistência federal, mas existem outras fontes de financiamento a serem consideradas, incluindo subsídios e empréstimos de emergência de estados, cidades e organizações comunitárias.

De acordo com o site do SEBRAE:

A pandemia de coronavírus mudou o funcionamento de 5,3 milhões de pequenas empresas no Brasil, o que equivale a 31% do total. Outras 10,1 milhões, ou 58,9%, interromperam as atividades temporariamente. É o que mostra a segunda edição da pesquisa. O impacto da pandemia de coronavírus nos pequenos negócios, realizada pelo Sebrae. Pelo estudo é possível observar como as formas de atuar dos pequenos empreendedores estão evoluindo neste momento. Entre as empresas que continuaram funcionando, 41,9% realizam agora apenas entregas via atendimento online. Outros 41,2% estão trabalhando com horário reduzido, enquanto 21,6% estão realizando trabalho remoto. Outra maneira encontrada pelos pequenos empresários para não interromper o funcionamento foi implementar um rodízio de funcionários. Essa opção foi adotada por 15,3%

das empresas. Já a implementação de um sistema de *drive-thru* foi a alternativa para 5,9% delas.

Os empréstimos bancários têm sido historicamente críticos para pequenas negócios. Ao contrário das grandes empresas, pequenas empresas falta de acesso a dívida institucional pública e capital próprio mercados de capitais e as vicissitudes dos pequenos os lucros da empresa tornam os lucros retidos um fonte necessariamente menos estável de capital.

As preocupações do Congresso Nacional e de outros órgãos de formulação de políticas sobre o financiamento de pequenas empresas derivam em grande parte da percepção de que as pequenas empresas têm mais dificuldade em obter acesso ao crédito do que as grandes empresas ou outros tipos de tomadores de empréstimos. A fonte desta dificuldade pode ser o custo mais alto de empréstimos para pequenas empresas devido ao maior risco ou desafios na avaliação e monitoramento dos riscos de crédito, ou podem ser ineficiências nos mercados que impedem a precificação do risco ou impedem a combinação eficaz de riscos (SAN MARTIN; SAN MARTIN, 2020).

Na medida em que os impedimentos ou ineficiências do mercado privado são a fonte de quaisquer dificuldades para o financiamento de pequenas empresas, os formuladores de políticas podem se concentrar em medidas que mitiguem essas falhas do mercado. É importante observar que nenhuma prescrição de política única provavelmente funcionaria para todas as pequenas empresas, e nenhuma definição única de pequena empresa seria apropriada para todos os setores. Conforme discutido aqui, as necessidades de crédito e as fontes de empréstimo variam amplamente entre as pequenas empresas.

Um desafio para este cenário é que as informações atualizadas e abrangentes sobre o universo das pequenas empresas são esparsas, com a maioria das evidências sobre necessidades de financiamento e fontes derivadas de pesquisas (SAN MARTIN; SAN MARTIN, 2020).

As pequenas empresas mais jovens têm maior probabilidade de recorrer a fontes informais de crédito, como financiamento de bancos privados, enquanto as empresas mais antigas têm maior probabilidade de receber financiamento do governo. Essa diferença provavelmente está ligada à maior opacidade de informações das novas empresas. Essa opacidade pode tornar a avaliação da

qualidade de crédito mais difícil para credores independentes, o que pode reduzir a oferta de crédito mais formal disponível para empresas jovens.

Na maioria dos casos, as pequenas empresas parecem ter conseguido atender às suas necessidades de crédito. No entanto, em alguns casos, as pequenas empresas podem ter desejado mais crédito do que foram capazes de obter. O motivo mais comumente declarado para não solicitar crédito adicional era que a empresa não queria acumular dívidas, com quase dois terços das empresas desencorajadas fornecendo essa resposta (MARANHÃO; SENHORAS, 2020).

O uso de diferentes tipos de crédito para pequenas empresas varia de acordo com a idade e o setor da empresa, bem como com o gênero, raça e etnia dos proprietários. No entanto, o uso representa a interseção do que as empresas gostariam de usar para financiar suas empresas com o que os fornecedores estão dispostos a fornecer. Mas é importante ter em mente que nem todos os pedidos de crédito devem ser aprovados. Há uma grande flutuação na população de pequenas empresas e determinar quais empresas apresentam um bom risco de crédito é um desafio que os provedores de crédito para pequenas empresas precisam avaliar cuidadosamente (SAN MARTIN; SAN MARTIN, 2020).

Como os bancos são a principal fonte de crédito externo para pequenas empresas, muita atenção tem sido dada aos desenvolvimentos bancários que podem influenciar a disponibilidade de crédito. A consolidação substancial do setor bancário nos últimos 25 anos é um desses avanços. As fusões e aquisições reduziram drasticamente o número de bancos, aumentando assim a importância de grandes instituições e a concentração dos ativos da indústria (MARANHÃO; SENHORAS, 2020). Essas mudanças na estrutura da indústria levantaram preocupações sobre possíveis reduções na disponibilidade de crédito para pequenas empresas porque os grandes bancos tendem a ser proporcionalmente menos comprometidos do que os bancos menores com os empréstimos para pequenas empresas.

O apoio às pequenas empresas tem sido uma prioridade dos formuladores de políticas há várias décadas, e agências federais, estaduais e locais patrocinam programas que auxiliam na canalização de capital para pequenas empresas. Existem várias iniciativas governamentais de longa data para ajudar a apoiar o acesso ao crédito para pequenas empresas, especialmente pequenas empresas pertencentes a grupos historicamente carentes, como mulheres e minorias. Entre os

objetivos políticos dos programas de empréstimo do governo estão as metas de promoção de oportunidades de empreendedorismo para mulheres e minorias.

Os problemas de informação associados aos empréstimos a pequenas empresas podem ser superados, ou até certo ponto compensados, por alguma forma de reforço de crédito, como no caso dos empréstimos. No entanto, quanto mais proteção contra perdas é necessária para vender os títulos, menores são os rendimentos líquidos da venda dos títulos e o incentivo para os credores securitizarem seus empréstimos. Os empréstimos a pequenas empresas são um ativo para o qual os altos custos de transação do fornecimento de melhorias de crédito tornaram muitas securitizações potenciais não lucrativas, quanto mais proteção contra perdas é necessária para vender os títulos, menores são os resultados líquidos da venda dos títulos e o incentivo para os credores securitizarem seus empréstimos (MARANHÃO; SENHORAS, 2020).

Os empréstimos a pequenas empresas são um ativo para o qual os altos custos de transação do fornecimento de melhorias de crédito tornaram muitas securitizações potenciais não lucrativas, quanto mais proteção contra perdas é necessária para vender os títulos, menores são os resultados líquidos da venda dos títulos e o incentivo para os credores securitizarem seus empréstimos. Os empréstimos a pequenas empresas são um ativo para o qual os altos custos de transação do fornecimento de melhorias de crédito tornaram muitas securitizações potenciais não lucrativas.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo encontram-se os métodos utilizados para o levantamento de dados, análise e conclusões a respeito do assunto abordado na presente dissertação de mestrado. Segundo Lakatos e Marconi (2012, p. 45), “método é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um fim dado [...] é o caminho a seguir para chegar à verdade nas ciências”. Esta pesquisa caracteriza-se como empírica e quanti-qualitativa em empresas de pequeno e médio porte na Região Sul do Estado de Goiás de maneira não probabilística.

Lakatos e Marconi (2012, p. 157) abordaram que “[...] a pesquisa, portanto, é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”. A pesquisa é um estudo, onde se busca descobrir fatos ou origens que respondam e justifiquem o tema estudado. E, para cada tema cabe um tipo de pesquisa adequado que leva a resultados mais satisfatórios.

Os critérios utilizados para a classificação do tipo de pesquisa a ser utilizada nesta dissertação, basearam-se na necessidade de ir além do tratamento estatístico dos dados obtidos através da aplicação dos questionários, mas também, de apresentar e respeitar as opiniões e percepções obtidas dos sujeitos objetos desta pesquisa (empresários).

Esta pesquisa tratou-se de um estudo descritivo, exploratório de natureza quali-quantitativa, que teve como fonte de investigação micro e pequenas empresas.

Foi elaborado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A) e um Roteiro de Questões (Apêndice B) coerente com os objetivos da pesquisa e com o referencial teórico, conforme ilustrado pela matriz de amarração apresentada no Apêndice C e Roteiro de Entrevista Semiestruturada (Apêndice D). Na realização da pesquisa foi adotado o questionário, que de acordo com Barros e Lehfeld (2003, p. 2) como “[...] um conjunto de perguntas sobre um determinado tópico que não testa a habilidade do respondente, mas mede sua opinião, seus interesses, aspectos de personalidade e informação biográfica”.

3.1 Universo, amostra e instrumentos de pesquisa

O universo está delimitado em pequenas empresas do segmento de Indústrias que possuem unidades na cidade da Região de Morrinhos, interior de Goiás. Esse universo é constituído por 198 empresas e numa primeira etapa da pesquisa, os questionários foram enviados a todas as empresas, dos quais foram obtidos 56 questionários válidos. As empresas participantes da pesquisa assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e os questionários, compostos por 10 questões fechadas, foram enviados via e-mail às empresas pesquisadas durante os meses de julho à setembro de 2020. Devido ao momento ainda de pandemia da COVID-19 não houve nenhum encontro presencial.

O questionário utilizado na primeira etapa da pesquisa (APÊNDICE B) objetivou identificar detalhes das organizações estudadas e os desafios com que se depararam em sua gestão financeira a partir do início da pandemia. O instrumento para pesquisas sociais e segundo Barros e Lehfeld (2000, p. 62) “trata-se de um conjunto ordenado e consistente de perguntas a respeito de variáveis e situações que se deseja medir ou descrever”. Numa segunda etapa da pesquisa, foi realizada uma pesquisa qualitativa com 5 empresas escolhidas por conveniência, para o aprofundamento das principais questões que puderam ser observadas após a realização da primeira etapa da pesquisa. O questionário utilizado nesta segunda etapa da pesquisa encontra-se no Apêndice C.

3.2 Local de pesquisa

O local onde a pesquisa se realizou foi no município de Morrinhos, localizado no estado de Goiás, na mesorregião do Sul Goiano e na microrregião do Meia Ponte, como ilustrado na Figura 2. O município fica a aproximadamente 123 km da capital do estado, Goiânia, e apresenta população de 41.460 habitantes, com área total de 2.846,199 km², conforme estimativas do censo demográfico de 2010 (IBGE, 2010). O município de Morrinhos originou-se a partir do desmembramento do município de Piracanjuba. Encontra-se a 789,89 metros acima do nível do mar e faz divisa com os municípios de Goiatuba, Pontalina, Piracanjuba, Caldas Novas, Marzagão, Água Limpa e Buriti Alegre.

Figura 2 – Mapa político do estado de Goiás com destaque para o município de Morrinhos.



Fonte: Oliveira (2015).

A cidade de Morrinhos em relação ao emprego e rendimentos da população, últimos dados do IBGE apontam que em 2018, o salário médio mensal era de 2,3 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 22.4%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 39 de 246 e 37 de 246, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 1019 de 5570 e 1061 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 29,6% da população nessas condições, o que o colocava na posição 230 de 246 dentre as cidades do estado e na posição 4751 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2018).

3.3 Análise Estatística

Os dados foram armazenados em um banco de dados utilizando o programa Excel, para posterior análise no *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) 26.0.

As variáveis discretas foram apresentadas em valor absoluto (f) e percentual (%).

Foi usado o teste kruskal-wallis foi usado para testar a existência ou não de diferença significativas entre o tempo de existência da empresa em relação aos desafios encontrados quanto a ordem de prioridades.

Para todos os testes foi considerado nível de 95% de confiança, ou seja, $p < 0,05$ foi considerado significativo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As pequenas empresas são essenciais para a economia do Brasil e do Estado de Goiás. Elas não só empregam metade da força de trabalho do setor privado do país, como também criam aproximadamente dois terços dos novos empregos líquidos. No entanto, nos últimos anos, as pequenas empresas têm demorado a se recuperar de uma recessão e crise de crédito que as atingiu com especial força. Esse atraso levantou a questão de apresentar os desafios vivenciados no atual momento de pandemia Mundial pela COVID-19.

Para explorar o impacto da doença coronavírus 2019 (COVID-19) no interior do Estado de Goiás, foram obtidos 56 questionários válidos, dos 198 enviados às pequenas empresas entre 28 de julho e 4 de agosto de 2020.

4.1 Análise quantitativa

A seguir são apresentados os dados tabulados na pesquisa. Em relação a distribuição das empresas quanto ao principal responsável pela administração financeira, 89,3% afirmaram que são proprietários; (8,9%) membros da família e (1,8%) outros, conforme ilustra a Tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição das empresas quanto ao principal responsável pela administração financeira

Principal responsável pela administração financeira	Frequência	Percentual
Proprietário	50	89,3
Membro da família	5	8,9
Outros	1	1,8
Total	56	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

Os dados da Tabela 2, mostram que a maioria das empresas (44,6%) têm mais de 15 anos; (32,1%) de 6 a 15 anos e (23,2%) até 15 anos.

Tabela 2 - Distribuição das empresas quanto ao tempo de existência.

Tempo de existência da empresa	Frequência	Percentual
Até 5 anos	13	23,2
De 6 a 15 anos	18	32,1
Mais de 15 anos	25	44,6
Total	56	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

Os dados do estudo (Tabela 3) apresentam que a distribuição das empresas quanto ao número de funcionários na empresa é (39,3%) de 1 a 5 funcionários; (30,4%) de 6 a 10 funcionários; (17,9%) acima de 10 funcionários e (12,5%) não tem funcionários.

Tabela 3 - Distribuição das empresas quanto ao número de funcionários na empresa

Número de funcionários na empresa	Frequência	Percentual
De 1 a 5 func.	22	39,3
De 6 a 10 func.	17	30,4
Acima de 10 func.	10	17,9
Sem func.	7	12,5
Total	56	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

Em relação aos desafios destas empresas em tempo de crise ocasionada pela COVID-19, nota-se através da Tabela 4 que, para (51,8%) das empresas pesquisadas o nível de endividamento se alterou; para (28,6%) das empresas o endividamento aumentou e (19,6%) das empresas afirmaram que reduziu.

Tabela 4 - Distribuição das empresas quanto ao nível de endividamento na empresa.

Nível de endividamento na empresa	Frequência	Percentual
Aumentou	16	28,6
Reduziu	11	19,6
Não se alterou	29	51,8
Total	56	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme ilustra a Tabela 5, (66,1%) das empresas informaram que não tiveram dificuldade para conseguir crédito junto a bancos e (33,9%) responderam que sim.

Tabela 5 - Distribuição das empresas quanto a terem ou não encontrado dificuldades em conseguir crédito junto a bancos.

Encontrou dificuldades em conseguir crédito junto a bancos	Frequência	Percentual
Sim	19	33,9
Não	37	66,1
Total	56	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme ilustra a Tabela 6, em relação à variável dificuldade na tomada de crédito junto aos bancos; (41,1%) das empresas identificaram o empréstimo subsidiado como a maior dificuldade; (35,7%) das empresas se referiram à burocracia e (23,2%) se referiram às condições de prazos e taxas.

Tabela 6 - Distribuição das empresas quanto a dificuldade para tomada de crédito junto a banco.

Dificuldades para tomada de crédito junto a bancos	Frequência	Percentual
Burocracia	20	35,7
Condições	13	23,2
Empr. Subsid.	23	41,1
Total	56	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

Sobre o reflexo da falta de crédito, conforme ilustrado na Tabela 7, (62,5%) das empresas se referiram à dificuldade em pagar impostos; (19,6%) se referiram à dificuldade em pagar fornecedores/salários e (17,9%) das empresas se referiram à dificuldade em enfrentar a competição.

Tabela 7 - Distribuição das empresas quanto a importância do reflexo da falta de crédito.

Importância do reflexo da falta de crédito	Frequência	Percentual
Impostos	35	62,5
Forn/sal	11	19,6
Competição	10	17,9
Total	56	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

A Tabela 8 ilustra os principais desafios encontrados pela gestão financeira das empresas pesquisadas.

Tabela 8 - Distribuição das empresas quanto aos principais desafios encontrados para gestão financeira.

Principais desafios encontrados para gestão financeira	Frequência	Percentual
Pagamento de Fornecedores	9	16,1
Dificuldade de Captação de Empréstimos	17	30,4
Inadimplência dos Clientes	17	30,4
Queda de Faturamento	13	23,2
Total	56	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

Observa-se que a maioria das empresas identificou como principais desafios para a gestão financeira após o início da pandemia, a dificuldade de

captação de empréstimos e a inadimplência dos clientes. Nota-se que, apesar da maioria das empresas ter informado que seu nível de endividamento não aumentou a partir do início da pandemia (Tabela 6), a dificuldade na obtenção de empréstimos foi apresentada como o maior desafio, conforme ilustra a Tabela 9. Portanto, pode-se concluir que o nível de endividamento para a maioria das empresas apenas não aumentou a partir do início da pandemia em função da falta de crédito.

A Tabela 9 ilustra a distribuição das empresas quanto à pretensão de utilizar o empréstimo subsidiado pelo governo federal para pagamento de salários, (51,8%) responderam que não e (48,2%) disseram que sim.

Tabela 9 - Distribuição das empresas quanto à pretensão de utilizar o empréstimo subsidiado pelo governo federal para pagamento de salários.

Pretende Utilizar o empréstimo do governo?	Frequência	Percentual
Sim	27	48,2
Não	29	51,8
Total	56	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

As respostas obtidas conforme ilustrado na Tabela 10, reforçam a percepção de que o maior desafio encontrado pelas empresas a partir do início da pandemia, não foi o pagamento de salários, mas sim o pagamento de impostos, conforme ilustrado na Tabela 8. Deve-se considerar também que a maioria das empresas possui poucos funcionários, conforme ilustrado na Tabela 5.

Acerca da distribuição das empresas quanto às medidas que poderiam ser tomadas pelo governo para retomada da atividade econômica, (53,6%) das empresas pesquisadas identificaram a Reforma Tributária como sendo a principal medida a ser tomada, o que reforça a dificuldade encontrada pelas empresas para pagar impostos, conforme ilustrado na Tabela 10. Observa-se que (16,1%) das empresas identificaram que novos empréstimos subsidiados seriam importantes para a retomada da atividade econômica. Para (16,1%) das empresas seria necessário um maior prazo para pagamento de impostos e para 14,3% das empresas, a Reforma Administrativa seria o aspecto mais importante.

Tabela 10 - Distribuição das empresas quanto às medidas que poderiam ser tomadas pelo governo para retomada da atividade econômica.

Medidas que poderiam ser tomadas pelo governo para retomada da atividade econômica	Frequência	Percentual
Reforma Tributária	30	53,6
Reforma Administrativa	8	14,3
Novos empréstimos subsidiados	9	16,1
Maior prazo para pagamento de impostos	9	16,1
Total	56	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

A Tabela 11 apresenta a distribuição das empresas quanto ao tempo de existência e os principais desafios encontrados.

Tabela 11 - Distribuição das empresas quanto ao tempo de existência e os principais desafios encontrados.

Desafios	Até 5 anos	De 6 a 15 anos	Acima de 15 anos
Pagamento de fornecedores^a			
1	2 (15,4%)	1 (5,6%)	6 (24,0%)
3	4 (30,8%)	10 (55,6%)	3 (12,0%)
4	4 (30,8%)	6 (33,3%)	7 (28,0%)
5	3 (23,1%)	1 (5,6%)	9 (36,0%)
Pagamento de salários^b			
1	1 (7,7%)	2 (11,1%)	1 (4,0%)
2	4 (30,8%)	2 (11,1%)	5 (20,0%)
3	2 (15,4%)	3 (16,7%)	5 (20,0%)
4	3 (23,1%)	6 (33,3%)	7 (28,0%)
5	3 (23,1%)	5 (27,8%)	7 (28,0%)
Captação de empréstimos^c			
1	1 (7,7%)	2 (11,1%)	0 (0,0%)
2	2 (15,4%)	2 (11,1%)	3 (12,0%)
3	6 (46,2%)	4 (22,2%)	14 (56,0%)
4	2 (15,4%)	2 (11,1%)	4 (16,0%)
5	2 (15,4%)	8 (44,4%)	4 (16,0%)
Inadimplência dos clientes^d			
1	7 (53,8%)	9 (50,0%)	10 (40,0%)
2	3 (23,1%)	6 (33,3%)	6 (24,0%)
3	0 (0,0%)	0 (0,0%)	2 (8,0%)
4	1 (7,7%)	3 (16,7%)	6 (24,0%)
5	2 (15,4%)	0 (0,0%)	1 (4,0%)
Queda de faturamento^e			
1	2 (15,4%)	4 (22,2%)	8 (32,0%)
2	4 (30,8%)	8 (44,4%)	11 (44,0%)
3	1 (7,7%)	1 (5,6%)	1 (4,0%)
4	3 (23,1%)	1 (5,6%)	1 (4,0%)
5	3 (23,1%)	4 (22,2%)	4 (16,0%)

Teste Kruskal-Wallis¹; ^ap=0,415; ^bp=0,731; ^cp=0,411; ^dp=0,586 e ^ep=0,267

¹ É um teste não paramétrico utilizado para comparar três ou mais populações. Ele é usado para testar a hipótese nula de que todas as populações possuem funções de distribuição iguais contra a hipótese alternativa de que ao menos duas das populações possuem funções de distribuição diferentes (CONOVER, 1999).

A partir da classificação baseada no Teste Kruskal-Wallis dos desafios de menor e maior importância em relação ao tempo de existência, para as empresas quanto ao seu 'tempo de existência' e o 'desafio de pagamento de fornecedores', notou-se que as empresas acima de 15 anos possuem mais dificuldades no pagamento destes. Já, os desafios sobre o pagamento dos salários e a relação com o tempo de empresa, observou-se que nesse quesito praticamente não houve diferença entre as mesas, e todas possuem este desafio.

No quesito de distribuição das empresas quanto ao 'tempo de existência e o desafio de captação de empréstimo', notou-se que as empresas de 6 a 15 anos captaram mais créditos em relação às demais. Acerca da inadimplência de clientes, somente as empresas até cinco anos e acima de 15, foram descritas neste item. No último item, sobre a queda no faturamento em relação ao tempo de empresa, notou-se que todas obtiveram de maneira significativa a queda em sua receita.

Foi realizada uma análise de correspondência entre o tempo de existência da empresa e os principais desafios encontrados para a gestão financeira. O tempo de existência de cada empresa foi classificado como:

- 1) Até 5 anos
- 2) De 6 a 15 anos
- 3) Acima de 15 anos

Os principais desafios para a gestão financeira foram classificados como:

- 1) Pagamento de fornecedores
- 2) Pagamento de salários
- 3) Dificuldade de captação de empréstimos
- 4) Inadimplência dos clientes
- 5) Queda de faturamento

Para a elaboração do diagnóstico sobre a existência de associação estatisticamente significativa entre as variáveis 'tempo de existência da empresa' e 'desafios para a gestão financeira', foi realizado um teste Qui-quadrado. Conforme a Tabela 12 o valor- P calculado obtido da estatística qui-quadrado foi consideravelmente menor do que 0,05. Portanto, foi possível rejeitar a hipótese nula de que as duas variáveis se associam de forma aleatória. Ou seja, existe associação

estatisticamente significativa, ao nível de 5%, entre o tempo de existência das empresas e o desafio financeiro enfrentados.

Tabela 12 - Teste Qui-quadrado.

	Value	df	Asymptotic Significance (2-sided)
Pearson Chi-Square	13,039 ^a	6	,042
Likelihood Ratio	14,240	6	,027
Linear-by-Linear Association	,045	1	,033
N of Valid Cases	56		

a. 7 cells (58,3%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,09.

O Gráfico 1 ilustra o mapa perceptual obtido a partir da análise de correspondência entre as variáveis ‘tempo de existência da empresa’ e ‘principais desafios financeiros’.

Percebe-se a existência de associação entre as seguintes categorias:

- “empresas com mais de 15 anos” e “pagamentos de fornecedores” e “queda de faturamento”.
- “empresas até 5 anos” e “inadimplência de clientes”
- “empresas de 6 a 15 anos” e “dificuldade de captação de empréstimos”

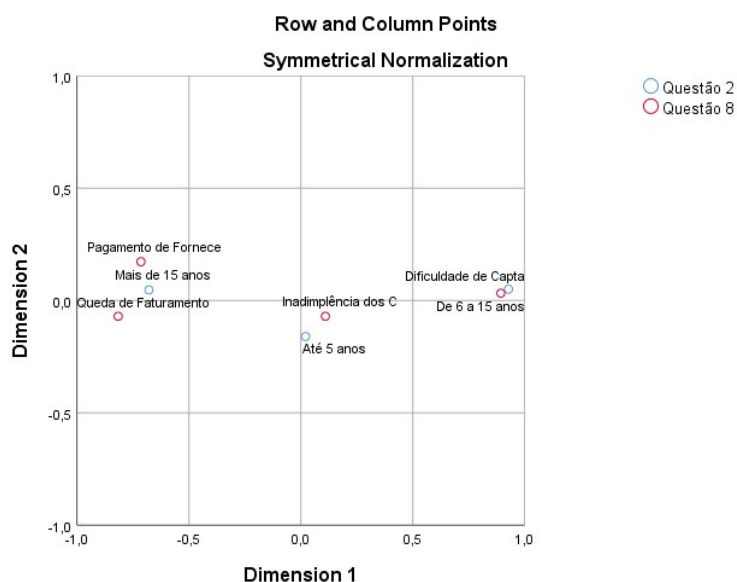


Gráfico 1 - Percentual obtido a partir da análise de correspondência entre as variáveis ‘tempo de existência da empresa’ e ‘principais desafios financeiros’.

4.2 Análise das entrevistas qualitativas

Foram realizadas entrevistas com cinco empresários escolhidos por conveniência a partir da amostra de empresas que responderam a pesquisa quantitativa. O roteiro utilizado para as entrevistas encontra-se no Apêndice D. As entrevistas foram realizadas entre os dias 18 e 23 de setembro de 2020, a partir de contato telefônico e envio do Roteiro de Entrevista Semiestruturado.

O primeiro entrevistado é sócio dirigente da Rede de postos Pit Stop 01, 02, 03, Auto Posto Mauro M. Junior LTDA e atua na empresa desde julho de 2000. O segundo entrevistado é sócio dirigente das Empresas Café Coringa, Pirâmide, Gigante e Comercial Romano LTDA e Romano e CIA LTDA, atuando desde março de 1965. O terceiro é sócio dirigente do Requite Supermercado LTDA e AM Serviços de Buffet LTDA, desde março de 2007. O quarto entrevistado é sócio dirigente da BioyGeo Ambiental LTDA, desde março de 2004. O último entrevistado é Sócio dirigente da Rema Distribuidora e Representações de Produtos Lacteos LTDA desde setembro de 1999.

A primeira questão sobre qual o efeito da crise sobre o fluxo de caixa da empresa, obteve as seguintes respostas:

As vendas chegaram à diminuição de 50% menor, como as empresas estavam capitalizadas, conseguiu segurar os prejuízos sem precisar demitir, diminuir salários e a partir de 60 dias do início da pandemia conseguiu retornar as vendas ao patamar anterior. Estratégia foi a diminuição da margem de lucro nas vendas mantendo os preços de forma a cobrir apenas os custos (vendas somente à vista) (ENTREVISTADO 1).

Pelo ramo de atividade (Café e Material de construção), não houve queda no faturamento, ao contrário percebeu-se elevação das vendas em ambas as atividades (ENTREVISTADO 2).

Supermercado, houve elevação nas vendas em 100%, tendo seu faturamento dobrado nesse período de pandemia; porém o *buffet* teve suas atividades paralisadas, com redução drástica no seu faturamento, seu último evento em 03/2019, sem estimativa de retorno (ENTREVISTADO 3).

No ramo de atividade desenvolvido pela empresa não houve impacto (ENTREVISTADO 4).

Teve impacto positivo, tendo em vista a empresa ter utilizado os benefícios da flexibilização trabalhista pelo Governo Federal, onde a empresa teve o benefício da utilização do pagamento de 70% da folha pelo governo. Houve crescimento do faturamento tendo a empresa melhorado seu fluxo de caixa (ENTREVISTADO 5).

Observa-se que o maior impacto da pandemia foi observado na empresa de postos de gasolina, como reflexo da queda na circulação de pessoas e seus veículos no início da pandemia. Observa-se que nos setores alimentares não foram identificados maiores problemas de fluxo de caixa, talvez em função da ajuda governamental para as pessoas físicas. O efeito da crise da COVID-19 no desempenho das PMEs em todo o Estado é imenso.

A segunda pergunta foi sobre qual o efeito da pandemia sobre a disponibilidade de linhas de crédito para as micro e pequenas empresas.

Houve ofertas tardias, embora a empresa não precise tomar crédito só percebeu a oferta por parte dos bancos tardiamente e de forma tímida ao contrário do propagado pelo Governo Federal (ENTREVISTADO 1).

Inicialmente houve oferta de disponibilidade de 30% sobre o faturamento bruto, sendo pela escassez dos recursos por parte dos bancos o crédito foi finalizado em apenas 10% do faturamento, ou seja, 1/3 da oferta inicial (ENTREVISTADO 2).

O entrevistado entende que o governo foi pego de surpresa, pois houve a subestimação dos efeitos da pandemia, o que ocasionou a disponibilização das linhas de crédito e oferta por parte dos bancos tardiamente, porém quando essa oferta chegou na ponta (bancos) houve celeridade na disponibilização dos recursos, embora os valores disponibilizados foram insuficientes (ENTREVISTADO 3).

Sim, houve a disponibilização de ofertas de crédito sendo a oferta partiu da própria instituição financeira (ENTREVISTADO 4).

Na percepção do empresário, teve disponibilidade para sua empresa e com taxas melhores, fazendo jus a linhas subsidiadas. Como representante da classe empresarial, recebeu relatos de empresários que informaram dificuldades na obtenção de crédito junto as instituições financeiras (ENTREVISTADO 5).

Notou-se que todos os entrevistados afirmaram que houve sim a oferta de crédito para que suas empresas estivessem ativas no mercado. O Banco Central do Brasil anunciou no mês de abril do ano corrente um conjunto de medidas para ampliar a oferta e o acesso ao crédito aos segmentos de micro, pequenas e médias empresas. O objetivo foi atender a demanda crescente que ocorria em função dos efeitos econômicos da pandemia do novo coronavírus. Com a iniciativa, a instituição buscou dar um incentivo aos bancos para destravar o crédito.

A terceira pergunta foi sobre se a empresa reduziu salários, conforme previsto pelo Governo Federal, concedeu férias ou afastamentos e quantos.

Não, a empresa não fez jus as negociações amparadas pela flexibilização da legislação trabalhista durante a pandemia, em negociação/reunião com os funcionários a empresa concedeu uma gratificação aos funcionários para a manutenção dos clientes com oferta dos produtos e excelente atendimento e por consequente manutenção das vendas. Na visão do empresário houve boa recepção por parte dos trabalhadores tendo retomado as vendas ao patamar anterior a pandemia (ENTREVISTADO 1).

Não, as empresas mantiveram todos os empregos sem utilização e/ou redução de salários, concessão de férias ou afastamentos tendo mantido todos os empregos de quando do início da pandemia (ENTREVISTADO 2).

Sim, houve a concessão de férias de forma gradativa, não houve redução de salários e/ou afastamentos (no buffet atividades encerradas) no supermercado teve contratação de novos funcionários para atendimento da demanda crescente (ENTREVISTADO 3).

Não, conforme resposta número 02, empresa não sofreu impacto da pandemia e por isso não foi necessário a colocação de funcionário de férias, afastamentos e/ou redução de salários (ENTREVISTADO 4).

Sim, empresa utilizou os benefícios do pagamento da folha, não tendo alterado sua escala de férias e/ou demissões de qualquer colaborador (ENTREVISTADO 5).

Dos cinco empreendedores, três responderam que não reduziram salários, conforme previsto pelo Governo Federal e nem férias. O Entrevistado 1 afirmou que “concedeu uma gratificação aos funcionários para a manutenção dos clientes com oferta dos produtos e excelente atendimento e por consequente manutenção das vendas”. Observando que eles não concordaram com a proposta de negociação do governo “O governo federal anunciou hoje a criação de uma linha de crédito para o pagamento de salários de funcionários de pequenas e médias empresas por até dois meses. Em contrapartida, o empresário terá que se comprometer a não demitir os trabalhadores em decorrência da crise causada pela pandemia do coronavírus”² (ANDRADE, 2020).

Na quarta pergunta os entrevistados falaram sobre outras medidas poderiam ser tomadas pelo Governo Federal para retomada da atividade econômica após a crise.

Entende que todas as medidas que poderiam ser tomadas pelo Governo Federal foram aplicadas e não houve contrapartida por parte da população (ENTREVISTADO 1).

² Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/27/governo-cria-linha-de-credito-para-bancar-folha-de-pequena-e-media-empresas.htm>

O entrevistado entende que todas as medidas necessárias para o enfretamento da crise foram tomadas, não tendo mais nada a ser feito pelo Governo (ENTREVISTADO 2).

Não, todas as medidas que poderiam ser tomadas pelo Governo foram tempestivas e atendem as necessidades das empresas (ENTREVISTADO 3).

Reforma tributária, desoneração da folha de pagamento e as reformas estruturais de um modo geral (ENTREVISTADO 4).

Entende que as medidas tomadas até aqui são suficientes para a retomada do crescimento da economia, sendo a concessão das linhas de crédito e a disponibilização do governo federal pagamento da maior parte da folha foram primordiais para superação do momento mais crítico durante a pandemia (ENTREVISTADO 5).

No geral, notou-se que compreendem que as atuais propostas satisfazem as necessidades do momento, e que estas podem contribuir para a retomada da economia do país e do Estado.

A quinta e penúltima pergunta foi sobre se após o início da pandemia sua empresa recorreu a empréstimos e se foram solicitadas garantias e ou adicionais para obter crédito.

Sim, foram solicitadas garantias reais e/ou complementares para obtenção do crédito (ENTREVISTADO 1).

Sim, as empresas recorreram as linhas de crédito ofertadas e não houve solicitação de garantias reais e/ou adicionais para obtenção dos mesmos (ENTREVISTADO 2).

Sim, não houve solicitação de garantias reais e/ou complementares para obtenção dos mesmos, foi percebido uma melhora/facilidade na concessão do crédito por parte dos bancos com condições como taxa de juros melhores que as anteriores (ENTREVISTADO 3).

Sim, não houve solicitação de garantias reais e/ou complementares nem aumento de burocracia para a concessão do crédito, sendo o valor pleiteado o mesmo concedido pela instituição financeira (ENTREVISTADO 4).

Sim, a empresa tomou crédito não teve solicitação de garantias reais e/ou complementares e a oferta partiu das instituições financeiras (ENTREVISTADO 5).

Todos os cinco entrevistados afirmaram que solicitaram, porém, não foi solicitado nenhum tipo de garantia para a captação do recurso. Assim, no Brasil, de acordo com a Agencia do Senado (2020) embora empreste com garantia de até 85% do fundo garantidor, a instituição não poderá usar como fundamento para negar o empréstimo a existência de anotações em quaisquer bancos de dados, públicos ou

privados, que impliquem restrição ao crédito, inclusive protesto. Na concessão do empréstimo, poderá ser exigida apenas a garantia pessoal do contratante, em montante igual ao empréstimo contratado, acrescido dos encargos. A exceção é para empresas abertas e em funcionamento há menos de um ano, cuja garantia pessoal poderá alcançar até 150% do valor contratado, mais acréscimos. As instituições financeiras serão dispensadas de exigir certidões ou seguir restrições para a concessão do empréstimo, como de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com a Previdência Social (Certidão Negativa de Débito, a CND), regularidade eleitoral ou de pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR)³.

A última pergunta foi sobre se na opinião dos entrevistados sobre quais foram às facilidades e dificuldades para obter crédito.

Foram apresentadas por parte dos bancos facilidades na obtenção do crédito, porém a dificuldade foi na liberação dos recursos (linhas de juros subsidiados) que se esgotaram sem que a empresa fosse beneficiada pelas linhas de crédito apresentadas pelos agentes financeiros (ENTREVISTADO 1).

As empresas não tiveram dificuldade na obtenção do crédito, e na sua percepção o que não seria dificuldade mais sim uma constatação da escassez dos recursos por parte dos bancos/Governo Federal pois na finalização do crédito foi disponibilizado apenas 1/3 da oferta inicial (ENTREVISTADO 2).

Houve a percepção de facilidade sendo a forma de concessão do crédito mais simplificada o que facilitou a concretização do mesmo. A empresa se antecipou e preparou a documentação antecipadamente assim do anúncio por parte do governo na liberação das linhas de crédito com juros subsidiados (ENTREVISTADO 3).

Facilidades foram: condições de pagamento, carência, taxa de juros atrativas; não foram encontradas dificuldades para obtenção do crédito (ENTREVISTADO 4).

Facilidades foram: condições de pagamento, carência, taxa de juros atrativas; não foram encontradas dificuldades para obtenção do crédito, ressaltando que a oferta partiu das instituições financeiras (ENTREVISTADO 5).

Os entrevistados afirmaram que de modo geral, não houve dificuldades, porém, a quantidade de crédito se esgotou rapidamente e pouco crédito na linha de juros subsidiados. Assim, entende-se que além do impacto na saúde pública, a doença coronavírus 2019 (COVID-19) causou um grande choque econômico no

³ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/04/23/senado-vota-linha-de-credito-para-pequenas-empresas-durante-pandemia>.

mundo e no Brasil. Nesta pesquisa, foi possível constatar que as pequenas empresas goianas estão lutando para sobreviverem ao processo ainda existente da referida crise.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa foi conduzida durante um período de substancial incerteza política e antes que qualquer resposta federal seja promulgada. Os resultados fornecem um instantâneo exclusivo das decisões e expectativas de negócios a partir do início da pandemia, ao mesmo tempo em que oferecem uma visão das políticas projetadas para auxiliar na recuperação da atividade econômica. Os resultados destacam o papel que a duração da crise terá na determinação de seu impacto final, que os formuladores de políticas devem considerar ao contemplar a escala das intervenções necessárias.

Estima-se que apenas os fechamentos de empresas podem levar a perda de 32,7 milhões de empregos se a crise durar 4 meses e 35,1 milhões de empregos perdidos se a crise durar 6 meses. Embora alguns desses trabalhadores certamente encontrarão novos empregos, essas projeções sugerem que a escala de deslocamento de empregos pode ser maior do que qualquer coisa que a América experimentou desde a Grande Depressão e maior do que o impacto da epidemia de gripe de 1918.

Algumas pequenas empresas podem fechar porque estão em setores, como acomodações, serviços de alimentação e serviços educacionais, que são afetados pela mudança de comportamento do cliente, especialmente o distanciamento físico e as restrições operacionais obrigatórias que começaram durante a pandemia. Outras pequenas empresas podem fechar porque já estavam em risco financeiro antes da crise. Na verdade, apenas uma parcela das pequenas empresas estavam saudáveis no final de 2019 e que as menos saudáveis tinham três vezes mais probabilidade de fechar ou vender em resposta a um choque de receita. As pequenas empresas mais vulneráveis enfrentam ainda, desafios financeiros e relacionados à COVID-19.

Antes da crise, as pequenas empresas respondiam por quase metade de todos os empregos do setor privado. As saídas de negócios generalizadas causam desemprego e danos econômicos mais duradouros do que as paralisações temporárias, portanto, é importante entender quais pequenas empresas podem permanecer fechadas permanentemente. Esse conhecimento pode ajudar líderes empresariais e formuladores de políticas a desenvolver intervenções para proteger as pequenas empresas no curto prazo, garantir que possam participar da

recuperação e colocar mais delas em uma posição mais resiliente nos próximos anos.

Os setores mais afetados pelo coronavírus e os menos resilientes financeiramente incluem 1,7 milhão de pequenas empresas, empregam 20 milhões de trabalhadores e ganham 12 por cento da receita comercial. Uma crise COVID-19 de longa duração pode continuar a afetar esses setores de forma desproporcional e tornar mais suas empresas vulneráveis ao fechamento permanente.

As consequências potenciais da pandemia são mais profundas quanto mais tempo dura. Outros dois milhões de pequenas empresas competem em setores, como construção e manufatura, que têm menos empresas que agora relatam efeitos negativos da pandemia, mas também são menos resilientes financeiramente. Quanto mais tempo durar o impacto econômico da COVID-19, maior será o risco desses setores. A construção, por exemplo, é considerada altamente sensível à saúde geral da economia, portanto, uma recuperação mais prolongada, combinada com uma resiliência relativamente baixa, pode levar a uma vulnerabilidade significativa mais tarde.

A determinação do nível de vulnerabilidade imediata de cada setor fornece uma visão mais clara da magnitude do desafio que as pequenas empresas enfrentam nos primeiros meses da crise. Pesquisas com proprietários de pequenas empresas nos ajudaram a gerar uma série de estimativas. Na extremidade inferior, metade das pequenas empresas que experimentam um “grande efeito negativo” da COVID-19 podem se tornar vulneráveis ao fechamento, de acordo com esses proprietários. Na extremidade superior, um quarto adicional de pequenas empresas, experimentando um “efeito negativo moderado”, pode se tornar vulnerável ao fechamento.

As diferenças entre os setores dependem de quanto a crise da COVID-19 os afetou e da probabilidade de as empresas afetadas fecharem. Não são apenas os tipos de pequenas empresas com desafios conhecidos, como restaurantes e hotéis, que são fortemente afetados. O mesmo acontece com outras pequenas empresas, em serviços de educação, saúde e assistência social. Muitos serviços educacionais do setor privado, centros de educação infantil, aulas de esportes e escolas de arte, onde o distanciamento físico seria um desafio, podem se tornar vulneráveis.

Então, a partir de todo o levantamento bibliográfica e pesquisa de campo com 56 empresas (questionário) e 5 empresas (entrevista), foi possível atingir ao

objetivo geral em analisar as características e os principais desafios encontrados para a gestão financeira das MPEs da Região Sul do Estado de Goiás, especificamente nas pequenas indústrias de Morrinhos a partir do surgimento da crise da COVID-19, então, notou-se que não há diferença significativa entre as variáveis (desafios) das empresas na estatística em relação ao tempo de empresa. Evidenciamos que empresas com mais de 15 anos possuem mais dificuldades no pagamento de seus fornecedores em relação as demais. E, que todos os cinco entrevistados, não encontraram dificuldade na captação de recursos e nem tão pouco foram exigidos de garantias. Estes ainda afirmaram que as propostas do governo são satisfatórias ao momento de pandemia para estes empresários.

REFERÊNCIAS

- ATKINSON, A. A. et al. **Contabilidade Gerencial**. Tradução André Olímpio Mosselman e Du Chenoy Castro. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- ALMEIDA NETO, M. D; MARCONDES, R. C. QueroQuiro: Empreendedorismo em Um Segmento da Saúde. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 9, n. 2, p. 27, 2020. doi:10.14211/regepe.v9i2.1689
- BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de metodologia científica: um guia para a iniciação científica**. 2ª Edição ampliada. São Paulo: Atlas, 2000.
- BNDES. **BNDES anuncia linha de crédito para micro e pequenas empresas**. (2019). Disponível em: <https://revistapegn.globo.com/Administracao-de-empresas/noticia/2019/03/bndes-anuncia-linha-de-credito-para-micro-e-pequenas-empresas.html>> Acesso em: 20 de out. 2019.
- COSTA, W. P. L. B. et al. Utilização da Contabilidade Gerencial nas Micro e Pequenas Empresas. **Revista Americana de Empreendedorismo e Inovação**, vol. 2, n. 2, 2020.
- CONOVER, W. J. **Practical nonparametric statistics**. 3. ed. New York: John Wiley & Sons, 1999.
- FIGUEIREDO, N. G; MARTINELLI, D. P. Inovação e exportação em pequenas e médias empresas (PME): uma pesquisa em andamento. *In: Encontro Nacional Da Associação de Pós-Graduação em Administração*, 26., Salvador, 2002. *Anais*. Salvador: ANPAD, 2002.
- GOMES, J. C. A.; TACHIZAWA, T; PICCHIAI, D. Modelo de gestão financeira no contexto das micro e pequenas empresas: estudo de caso em uma empresa de prestação de serviços. **Reuna**, 19(2), 23-46, 2014.
- GONÇALVES, B. C.; MACEDO, C. S.; BERGAMIN, J. L. O. Fontes de financiamento às micro e pequenas empresas e subaproveitamento dos recursos via BNDES. **Revista Executive On-Line**, Bebedouro SP, v. 3, n. 1, p. 103-118, 2018 Disponível em: <http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistaexecutiveonline/sumario/78/31012019170653.pdf>> Acesso em: 20 de out. 2019.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas 2010.
- HOSODA, T.; SAKAMOTO, M.; SHIMIZU, H.; OKABE, N. SARS-CoV-2 enterocolitis with persisting to excrete the virus for about two weeks after recovering from diarrhea: A case report. **Infection Control & Hospital Epidemiology**. 19 mar. 2020. DOI: 10.1017/ice.2020.87
- HIGGINS, R. C. **Análise para Administração Financeira**. Porto Alegre: AMGH Editora, 2014.

IBGE. **Cidades. Goiás >> Morrinhos >> Histórico**. 2014. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=521380&search=goias|morrrinhos|infograficos:-historico>. Acesso em 23 de maio de 2020.

KASSAI, J. R. **O que é lucro operacional**. Goiânia, 2011. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/10616499.pdf>. Acesso em 10 de abr. de 2019.

KIM, B.-Y; KANG, Y. Social capital and entrepreneurial activity: A pseudo-panel approach. **Journal of Economic Behavior & Organization**, 97, 47-60, 2014 doi:<https://doi.org/10.1016/j.jebo.2013.10.003>

JORNAL CONTABIL. **Impacto da pandemia na Situação das micros e pequenas empresas de São Paulo**. (2020). Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/impacto-da-pandemia-na-situacao-das-micros-e-pequenas-empresas-de-sao-paulo/> Acesso em: ago. 2020.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica. São Paulo: Atlas, 2012.

LABS. **COVID-19 e seus efeitos na América Latina** (2020). Disponível em: <https://labs.ebanx.com/en/coronavirus/>> Acesso em: ago. 2020.

LU, X; ZHANG, L; DU, H; et al. SARS-CoV-2 Infection in Children. **NEJM**. March 18, 2020. DOI. 10.1056/NEJMc2005073

MARANHÃO, R. A.; SENHORAS, E. M. Pacote econômico governamental e o papel do BNDES na guerra contra o novo coronavírus. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 2, n. 4, 2020.

MORAES, R. C; OLIVEIRA, W. A importância da gestão financeira nas empresas. **UNAR**. Araras, n. 233, p. 52-56, 2011.

MOTTA, R. R.; CALÔBA, G. M. **Análise de investimentos**: tomada de decisão de projetos industriais. São Paulo, Atlas, 2015.

NASSIF, V. M. J; CORRÊA, V. S; ROSSETTO, D. E. Estão os empreendedores e as pequenas empresas preparadas para as adversidades contextuais? uma reflexão à luz da pandemia do COVID-19. **Rev. Empreendedorismo Gest. Pequenas Empres**. São Paulo, v.9, n.2, p. i-xii| Jan/Apr, 2020.

OLIVEIRA, H. A. **Crédito rural e geração de renda no município de morrinhos/go: o caso do PRONAF**. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado das Faculdades Alves de Farias. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/wanes/Downloads/crdito-rural-e-gerao-de-renda-no-municipio-de-morrrinhos-go-o-caso-do-pronaf.pdf>> Acesso em: ago. 2020.

PEZZI, S. L. **Acesso ao crédito por parte das micro e pequenas empresas brasileiras no período pós-plano real**. (2005). Dissertação de Mestrado apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Economia do

Desenvolvimento da Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/3887/1/381132.pdf>> Acesso em: 15 jul. 2019.

PREISLER, A. M. **Análise de risco e crédito para micro e pequenas empresas – uma proposta orientativa**. 2003. 191 f. Mestrado (Mestre) - Curso de Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/84688/225302.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

RIBEIRO-SORIANO, D. Small business and entrepreneurship: their role in economic and social development. **Entrepreneurship & Regional Development**, v. 29, n. 1-2, p. 1-3, 2017. doi:10.1080/08985626.2016.1255438

SAN MARTIN, M. C.; SAN MARTIN, M. C. Impactos iniciais da covid-19 no estado do Rio Grande do Sul. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 2, n. 4, 2020.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Crédito. (2017) Disponível em: <<http://www.revistapegn.globo.com/Administração>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

SEBRAE. **O impacto da pandemia de coronavírus nos pequenos negócios**. (2020a). Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-impacto-da-pandemia-de-coronavirus-nos-pequenosnegocios,192da538c1be1710VgnVCM1000004c00210aRCRD/>> Acesso em: ago. 2020.

SILVA, P. S. **Pequenos negócios no Brasil**: Um estudo das causas de sobrevivência e mortalidade. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2017.

SI, S; AHLSTROM, D; WEI, J; CULLEN, J. Business, Entrepreneurship and Innovation Toward Poverty Reduction. **Entrepreneurship & Regional Development**, 32(1-2), 1-20, 2020. doi:10.1080/08985626.2019.1640485

SIQUEIRA, L. S; BARBOSA, C. K. A importância da gestão financeira nas micro e pequenas empresas. **Revista UNILUS Ensino e Pesquisa**, Santos, SP, v. 13, n. 33, out./dez. ISSN 2318-2083 (eletrônico). 2016. Disponível em: <<http://ufpr.br/siga/visitante/trabalhoConclusao>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

TACHIZAWA, T.; FARIA, M. S. **Criação de Novos Negócios**: Gestão de micro e pequenas empresas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 45.

TEIXEIRA, E. H. **Impactos no acesso ao crédito para micro e pequenas empresas no estado do Paraná desde a implantação da lei geral 123/2006**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná, 2017. <<https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/trabalhoConclusaoWS?idpessoal=30178&idprograma=40001016051P7&anobase=2017&idtc=17>> Acesso em: 15 jul. 2019.

WOH. **Rolling updates on coronavirus disease (COVID-19)**. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/events-as-they-happen> Acesso em: 15 jul. 2019.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Microempresário está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa: **“Desafios para a gestão financeira das micro e pequenas empresas da região sul de Goiás a partir do surgimento da crise do coronavírus”**.

Os procedimentos utilizados na pesquisa serão registrados por meio de entrevista com perguntas abertas.

DESCONFORTOS E RISCOS E BENEFÍCIOS: não deverão ser subestimados os riscos e desconfortos, mesmo que sejam mínimos.

FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA: os participantes responderão a uma entrevista presencial, onde não há necessidade de identificação.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO: A empresa será esclarecida sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. A empresa é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. A empresa não será identificada em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma cópia deste consentimento informado será arquivada no Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Faculdade Alfa.

CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS: A participação no estudo não acarretará custos para empresa e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional em caso de haver gastos de tempo ou transporte.

DECLARAÇÃO DA PARTICIPANTE OU DO RESPONSÁVEL PELA PARTICIPANTE:

Eu, _____, que represento a empresa, fui informada (o) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e motivar minha decisão se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e

esclarecer as minhas dúvidas, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Nome _____

Assinatura do Participante: _____

Data: ____/____/____

Nome _____

Assinatura do Pesquisador: _____

Data: ____/____/____

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO



FACULDADES ALVES FARIA - ALFA MESTRADO PROFISSIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Solicita-se que as questões abaixo sejam respondidas pelo responsável pela administração financeira da empresa

1. Quem é o principal responsável pela administração financeira da empresa?

- ☐ Proprietário da empresa
- ☐ Membro da família
- ☐ Funcionário contratado
- ☐ Contador
- ☐ Outro

2. Há quanto tempo existe a empresa?

- ☐ Menos de 1 ano
- ☐ de 1 a 2 anos
- ☐ 3 a 5 anos
- ☐ 6 a 10 anos
- ☐ 11 a 15 anos
- ☐ Acima de 15 anos

3. Quantos funcionários a empresa possui?

- ☐ Entre 1 a 5 funcionários
- ☐ Entre 6 a 10 funcionários
- ☐ Entre 11 a 20 funcionários
- ☐ Mais de 21 funcionários
- ☐ Não possui funcionários

4. A partir do surgimento da crise do Coronavírus, como se comportou o nível de endividamento da sua empresa?

- ☐ aumentou
- ☐ reduziu
- ☐ não se alterou

5. Com o surgimento da crise do Coronavírus sua empresa encontrou maior dificuldade em conseguir crédito junto a bancos?

- ☐ sim
- ☐ não

6. Assinale de 1 a 4, em ordem de importância, as principais dificuldades encontradas neste momento pelas pequenas empresas em geral para a tomada crédito junto a bancos

- ☐ Aspectos burocráticos e documentos pedidos pelos bancos
- ☐ Dificuldade em conseguir os valores que necessitam
- ☐ Dificuldade em conseguirem prazos e taxas adequados
- ☐ Dificuldade em conseguir empréstimos subsidiados pelo governo federal

7. Assinale de 1 a 4, em ordem de importância, os reflexos da falta de crédito para as pequenas empresas em geral:

- ☐ Dificuldade para pagar impostos
- ☐ Dificuldade no pagamento a fornecedores
- ☐ Dificuldade na competição com concorrentes em termos de custos, preços, ou prazos
- ☐ Dificuldade em pagar salários

8. Assinale de 1 a 5, em ordem de importância, quais os principais desafios encontrados para a gestão financeira da sua empresa a partir do início da crise:

- ☐ Pagamento de fornecedores
- ☐ Pagamento de salários
- ☐ Dificuldade de captação de empréstimos
- ☐ Inadimplência dos clientes
- ☐ Queda no faturamento

9. Sua empresa pretende utilizar o empréstimo subsidiado pelo governo federal para pagamento de salários?

- ☐ Sim
- ☐ Não

10. Assinale de 1 a 4, em ordem de prioridade, outras medidas poderiam ser tomadas pelo governo para a retomada da atividade econômica após a crise:

- ☐ Reforma tributária
- ☐ Reforma administrativa
- ☐ Novos empréstimos subsidiados às pequenas empresas
- ☐ Maior prazo para pagamento de impostos das pequenas empresas

APÊNDICE C - MATRIZ DE AMARRAÇÃO

Nº do Objetivo	Tipo do Objetivo	Objetivo
01	Geral	Analisar as características e os principais desafios encontrados para a gestão financeira das MPEs da Região Sul do Estado de Goiás, especificamente nas pequenas indústrias de Morrinhos a partir do surgimento da crise do Covid-19.
02	Específico	Identificar os efeitos da pandemia do Covid-19 na disponibilidade de linhas de crédito oferecidas pelas instituições financeiras às micro e pequenas empresas
03	Específico	Analisar os principais impactos da crise no fluxo de caixa das empresas;
04	Específico	Identificar outras medidas que poderiam ser tomadas pelo governo federal para a retomada da atividade econômica após a crise.

Caracterização da empresa		
QUESTÃO	OBJETIVO	REFERENCIAL TEÓRICO
CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA 1. Quem é o principal responsável pela administração financeira da empresa? ☐ Proprietário da empresa ☐ Membro da família ☐ Funcionário contratado ☐ Contador ☐ Outro 2. Há quanto tempo existe a empresa? ☐ Menos de 1 ano ☐ de 1 a 2 anos ☐ 3 a 5 anos ☐ 6 a 10 anos ☐ 11 a 15 anos ☐ Acima de 15 anos 3. Quantos funcionários a empresa possui? ☐ Entre 1 a 5 funcionários ☐ Entre 6 a 10 funcionários ☐ Entre 11 a 20 funcionários ☐ Mais de 21 funcionários ☐ Não possui funcionários	01	SEBRAE (2011, 2014)

Efeitos da crise econômica		
QUESTÃO	OBJETIVO GERAL OU ESPECÍFICO	REFERENCIAL TEÓRICO
4. A partir do surgimento da crise do Coronavírus, como se comportou o nível de endividamento da sua empresa? ☐ aumentou ☐ reduziu ☐ não se alterou 5. Com o surgimento da crise do Coronavírus sua empresa encontrou maior dificuldade em conseguir crédito junto a bancos? ☐ sim ☐ não 6. Assinale de 1 a 4, em ordem de importância, as principais dificuldades encontradas neste momento pelas pequenas empresas em geral para a tomada crédito junto a bancos ☐ Aspectos burocráticos e documentos pedidos pelos bancos ☐ Dificuldade em conseguir os valores que necessitam ☐ Dificuldade em conseguirem prazos e taxas adequados ☐ Dificuldade em conseguir empréstimos subsidiados pelo governo federal 7. Assinale de 1 a 4, em ordem de importância, os reflexos da falta de crédito para as pequenas empresas em geral: ☐ Dificuldade para pagar impostos ☐ Dificuldade no pagamento a fornecedores ☐ Dificuldade na competição com concorrentes em termos de custos, preços, ou prazos ☐ Dificuldade em pagar salários 8. Assinale de 1 a 5, em ordem de importância, quais os principais desafios encontrados para a gestão financeira da sua empresa a partir do início da crise: ☐ Pagamento de fornecedores ☐ Pagamento de salários ☐ Dificuldade de captação de empréstimos ☐ Inadimplência dos clientes ☐ Queda no faturamento 9. Sua empresa pretende utilizar o empréstimo subsidiado pelo governo federal para pagamento de salários? ☐ Sim ☐ Não	02 e 03, 04	Gonçalves, Macedo e Bergamini (2018) Teixeira (2017). Lu et al. (2020)

10. Assinale de 1 a 4, em ordem de prioridade, outras medidas poderiam ser tomadas pelo governo para a retomada da atividade econômica após a crise: () Reforma tributária () Reforma administrativa () Novos empréstimos subsidiados às pequenas empresas () Maior prazo para pagamento de impostos das pequenas empresas		
---	--	--

**APÊNDICE D - ROTEIRO PARA COLETA DE DADOS – ENTREVISTA COM PEQUENOS
EMPRESÁRIOS DAS EMPRESAS ESTUDADAS**

Quanto ao entrevistado: _____

Cargo que ocupa na empresa: _____

Nome: _____

Há quantos anos existe a empresa? _____

Qual o efeito da pandemia sobre o fluxo de caixa da sua empresa?

Qual o efeito da pandemia sobre a disponibilidade de linhas de crédito para as micro e pequenas empresas?

Sua empresa reduziu salários, conforme previsto pelo governo federal? Concedeu férias ou afastamentos? Quantos?

Que outras medidas poderiam ser tomadas pelo governo federal para a retomada da atividade econômica após a crise?

Após o início da pandemia sua empresa recorreu a empréstimos? Foram solicitadas garantias reais para obter crédito? Foram solicitadas garantias adicionais para obter crédito?

Em sua opinião quais foram as facilidades e dificuldades para obter crédito?

ANEXO A - LISTA DE ASSOCIADOS DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE MORRINHOS

EMPRESA :	NUMERO	C.N.P.J	CÓD.	ENDEREÇO
100 ETIQUETAS SPOTE	(64)3416-2285	10.588.956/0001.00	679	R SEM HERMENEGILDO DE MORAIS 997
A PREDIAL	(64)3416-1017	02.344.455/0001.50	173	AV PROF JOSE NACIMENTO 385
A PREDILETA	(64)3413-2696	14.021.515/0003-44	767	AV SEM HERMENEGILDO 1027
A TECILAR	(64)3413-1933	04.724.968/0001.11	177	AV SENA HERMENEGILDO DE MORAIS 965 A
ABATEDORA AVICOLA	(64)3417-4000	10.818.793/0001.04	126	ROD GO 476 16 ZONA RURAL
AÇOUGUE DO SÍTIO	(64)3413-1303	37.867.587/0001.40	859	R 29 27 JARDIM SANTA FE
ADILSON TELE.COM	(64)92707474	07.475.241/0001.36	827	AV JOAO FERREIRA MACEDO 790
ADRIANA DECORAÇÕES	(64)3413-2857	02.112.127/0001.28	170	AV SENA HERMENEGILDO DE MORAIS 997
AEROGÁS	(64)3413-3100	12.642.805/0001.18	579	AV TITO LT 16 QD 1 GENOVEVA ALVES
AUTO POSTO CONQUISTA	(64)3413-2091	12.618.990/0001.05	899	R MAJ EVARISTO 259
ALTO PADRÃO	(64)3416.7070	12.377.868/0001.94	726	R RIO GRANDE DO SUL 589
ARMAZÉM NUNES	(64)3416-1030	01.459.965/0001.00	20	PC MONTE CASTELO SALA8 9
ASTEC	(64)3416-1885	01.864.775/0001.78	426	R TURIM LT 1 QD 9 JARDIM ROMANO
AUTO ELÉTRICA FUTURA	(64)3413-1248	18.865.456/0001.80	875	R 25 N 11 SÃO FRANCISCO
AUTO ELÉTRICA LÍDER	(64)3413-6300	05.394.793/0001.94	380	R MTO VICENTE JOSE VIERA 566 CENTRO
AUTO NÍVEL VEÍCULOS	(64)3416-2531	03.761.742/0001.28	493	R 25 177 S O FRANCISCO
BALL MATERIAIS	(64)3416-1035	04.213.798/0001-00	200	AV PROF JOSE DO NACIMENTO 431 OESTE
BATERIAS MORRINHOS	(64)3416-2190	00.217.836/0001.42	76	AV CEL FERNANDO BARBOSA SETOR CORDEIRO
BEBÊ PRESENTES	(64)3413-3144	00.900.589/0001.84	759	MERCADO MUNICIPAL SL 3
BIOPHARMA	(64)3413-2444	02.352.247/0001.00	570	AV SEM HERMENEGILDO DE MORAIS 259

BOA VISTA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO	(64)3413-5814	12.193.770/0001.87	792	R BRINDI LT 1 QD 41 JARDIM ROMANO
BORRACHARIA DO TIÃO	(64)3416-2706	123.901.271-34	678	R MAJ EVARISTO FRAUZINO 634
BLOCOS OLIVEIRAS	(64)3416-1046	97.534.252/0001.32	904	AV DOS TRABALHADORES SN LT 5 QD 1
CAFÉ CASEIRO	NÃO TEM	03.805.504/0001.77	463	AV PERIMENTAL DISTRITO HEITOR DE BASTOS
CAFÉ CORINGA	(64)3416-1017	01.176.171/0001.39	60	AV JOSE DO NASCIMENTO 243 SETOR OESTE
CARTÓRIO MAIS	(64)3413-0075	17.741.253/0001.19	776	R 214 LT 11 QD 62
CASA BRASÍLIA	(64)3416-1588	02.147.163/0001.27	62	AV SENA HERMENEGILDO DE MORAIS 1029
CASA DA ROÇA	(64)2416-2127	01.679.976/0001.03	202	AV PROF JOSE DO NACIMENTO 451
CASA DE SAÚDE SYLVIO DE MELLO	(64)3413-2233	02.343.630/0001.94	315	AV SENA HERMENEGILDO DE MORAIS 409
CASA DO COMPUTADOR	(64)3413-3080	09.593.877/0001.08	658	AV SEM HERMENEGILDO DE MORAIS 526
CASA GRANDE TINTAS	(64)3413-1017	00.217.113/0002.24	927	R 7 DE SETEMBRO 770
CELEIRO SUPERMERCADO	(64)3416-1090	21.849.633/0002.20	602	AV SEM HERMENILDO DE MORAIS 1117
CENTER DISCO	(64)3413-2907	05.084.291/0001.67	15	AV SENA HERMENEGILDO DE MORAIS 1208
CENTER MOTOS	NÃO TEM	23.626.607/0001.87	912	R DR PEDRO NUNES 1033
CENTRAL FILTROS	(64)3413-0239	14.211.401/0001.03	881	AV SEM HEMERNEGILDO 957B
CENTRO EDUCACIONAL DE MORRINHOS	(64)3416-1867	02.052.330/0001.56	330	R 22 111 SETOR OESTE
CENTRO EDUCACIONAL SOMA	(64)3413-1575	10.594.488/0001.86	704	R 7 99 JARDIM VENEZUELA
CENTRO VETERINÁRIO VALERIA REIS	(64)3413-2701	10.760.567/0001.10	691	R DR PEDRO NUNES 918
CERAMICA SANTA FÉ	(64)3416-1231	01.459.627/0001.78	115	AV CEL FERNANDO BARBOSA 381 SETOR SÃO PEDRO
CFC INTERVALO	NÃO TEM	02.166.207/0001.66	922	R PARA 775 CENTRO
CFC RAÍZES	(64)3413-6498	500.247.011-49	734	R MAJ EVARISTO FRAUZINO 753
CJN ODONTOLOGIA	(64)3413-1806	491.309.271-53	279	R PARA 422 CENTRO
CLICK TURBO INTERNET	(64)3413-1080	10.679.911/0001.40	692	R 212 30 AEROPORTO
COLEGIO NOROESTE 2		10.912.573/0002.26	900	R JOAO JULIO DE OLIVEIRA 345
COLEGIO GOYAZ	(3413-2590	01.874.115/0001.78	406	AV 101 B 1290 LT 1 Q 77 SETOR AEROPORTO

COMERCIAL ARAGUAIA	(64)3413-5399	05.575.087/0001.49	551	R CREMONA LT 26 QG 40 JARDIM ROMANO
COMPLEM	(64)3417-1225	02.667.442/0001.11	53	AV PROF JOSE DO NASCIMENTO 285 A
CONSTRUCENTER	(64)3416-2440	02.304.313/0001.69	82	SEM HERMENEGILDO 940
CONSTRUSUL	(64)3416-2189	00.285.563/0001.73	147	AV CEL FERNANDO BARBOSA 238 SETOR OESTE
COPIADORA MORRINHOS	(64)3413-2522	03.977.150/0001.48	583	AV COUTO MAGALHAES 462
CREDPAR	(64)3413-0050	12.886.711/0001.94	27	AV SENA HERMENEGILDO DE MORAIS 957
CRISTAL EMBALAGENS	(64)9252-0692	21.719.506/0001.25	923	R PIAUI 383
CRISMA AUTO PEÇAS	(64)3417-2200	03.763.067/0001.76	51	AV FLAVIO CASCAO 346 VILA NUNES
DATAGRAFH	(64)3416-2564	13.508.660/0001.20	764	R MAJ EVARISTO FRAUZINO 670
DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS PEREIRA	(64)3413-1344	02.071.306/0001.64	22	AV CEL FERNANDO BARBOSA 500
DROGAMAR	(64)98457-1118	24.843.302/0001-90	909	R PARA 514 CENTRO
DROGA 1000	(64)3413-1356	17.498.293/0001.81	807	R 7 DE SETEMBRO 598 A
DROGARIA ALVORADA	(64)3416-2616	05.316.592/0001-79	450	AV SEM HERMENEGILDO DE MORAES 1099
DROGARIA NOSSA SENHORA APARECIDA	(64)3413-1314	10.958.909/0001-00	800	MAJ LIMIRIO 828
DROGARIA POMARINO	(64)3416-1416	03.532.341/0001.04	84	R SEM HERMENEGILDO DE MORAIS 1028
DROGARIA SANTA LUZIA	(64)3417-1403	01.261.624/0001.25	110	R PIAUI 663 CENTRO
DROGARIA SÃO LUCAS	(64)3417-1400	00.553.197/0001.96	159	AV CEL FERNANDO BARBOSA 500 VILA NUNES
DROGARIAS ARCO ÍRIS	(64)3416-1033	04.449.019/0001.70	681	AV SEM HERMENEGILDO DE MORAIS 620
DROGARIAS VIDEIRA	(64)3416-1811	07.812.596/0001.73	837	AV DR GUMERCINDO OTERO 150
DU PONTO MODA ÍNTIMA	(64)3413-0094	07.278.610/0001.09	473	AV B LT8 QD 20 SETOR SÃO PEDRO
EDU COLOR CARTUCHOS	(64)3416-2888	07.775.328/0001.29	712	R D PEDRO CENTRO
EDUARDA VALENTINA	(64)3413-4608	14.089.761/0001.76	772	R 215 199 LT 3 QD 15
ELETRICA HIDRAULICA CIDADE	(64)3413-2717	02.983.345/0001.38	664	R JORIVE GUARANI COSTA LT 13 QD 4 AEROPORTO
ELETROZEMA	(64)3416-1678	26.404.731/0344.14	825	AV SEM HERMENEGILDO 1125
ESCOLA- BEM- ME- QUER	(64)3413-4025	02.546.467/0001.67	685	AV CEL PEDRO NUNES 488 CENTRO
ESCOLA CRI-ATIVA	(64)3413-2621	01.732.049/0001.00	820	R RIO GRANDE DO SUL 972
ESCOLA MÃOZINHA DE OURO	(64)3413-2417	37.596.657/0001.73	61	R RIO GRANDE DO SUL 1300

EVIDÊNCIA	(64)3413-2665	00.511.834/0001.61	70	R PARA 646 CENTRO
EXATA CONTÁBIL	(64)3413-2892	11.653.247/0001.23	216	MAJ EVARISTO FRAUZINO 1346 CENTRO
FARMÁCIA DOS TRABALHADORES	(64)3416-1133	12.872.619/0001.75	638	R 17 36 LT 6 QD17 SETOR AEROPORTO
FARMÁCIA DU POVO	(64)3413-4048	06.140.205/0001.59	831	AV SEM H DE MORAIS 1112 A
FARMACIA NOSSA SENHORA DO CARMO	(64)3417-1405	02.342.749/0001.42	157	R BR DO RIO BRANCO 1105 CENTRAL
FARMAVIDA	(64)3413-4444	10.246.418/0001.37	667	AV ANTONINO TITO LT 24 QD L 1
FARRAPINHOS	(64)3416-1306	03.380.342/0001.72	192	R BR DO RIO BRANCO 1097
FENSA FERRAGISTA	(64)3413-4346	17.183.561/0001-76	905	AV CEL FERNANDO BARBOSA SN LT 12 A QD 22
FETICHE MODA	(64)3413-6535	05.823.223/0001.72	38	AV SENA HERMENEGILDO DE MORAIS 1081
GÁS E ÁGUA A JATO	(64)3416-2325	04.919.438/0001.29	395	R SÃO PAULO 301 A CENTRO
GG TOUR TRANSPORTE	64 3413-1312	05.105.900/0001.17	821	AV CEL PEDRO NUNES 197
HIPER LOCAL MODAS	(64)3413-2424	26.940.650/0001.00	83	R BR DO RIO BRANCO 923 CENTRO
HONDA MOTO PEÇAS	NÃO TEM	02.346.914/0001.34	102	R 7 DE SETEMBRO 718
HORIZONTE AVIAÇÃO AGRÍCOLA	(64)3413-2751	00.328.341/0001.90	852	LOC ERA MUNICIPAL DE MORRINHOS
IGOR CRISTIAN RIBEIRO	(64)8405-6418	710.695.261-34	803	R BR DO RIO BRANCO 576
IMPÉRIO MODAS	(64)3413-1090	20.718.240/0001.33	858	R MAJ LIMIRIO 1077
IMPLAK VENDAS E SERVIÇOS	(64)3413-0139	07.185.712/0001.71	504	R 7 DE SETENBRO 1448 CENTRO
INTEGRAÇÃO FM	NÃO TEM	03.673.654/0001.74	21	R BR RIO BRANCO 989 CENTRO
IRRIGAR	(64)3413-4582	17.097.962/0001.03	830	AV 100 ESQUINA C AV 215 LT2 A QD32
JORNAL DO PENINHO	(64)3413-2177	05.973.282/0001.27	673	R 1 487
JORNAL CORREIO SUL GOIANO	(64)8417-5520	17.340.527/0001.68	878	AV GENOVEVA R CARNEIRO 550 QD 5
JORNAL A FOLHA			884	
JORNAL É NOTÍCIA	(64)8401-4083	10.859.893/0001.89	687	R PROF JOSE CANDIDO LT 27 QD 8
JULYKAR HOTEL	(64)3416-2232	05.007.852/0001.24	81	AV PROF JOSE DO NACIMENTO 400CENTRO
LABORATÓRIO BIOCLÍNICO DE MORRINHOS	(64)3417-1818	02.070.993/0001.01	789	R MAJ LIMIRIO 471
LC MODAS	(64)9225-1166	14.829.831/0001.85	778	AV F 193 LT 7 QD 55
LEANCELLY`S JÓIAS	(64)3413-3111	07.272.821/0001.26	205	PC MONTE CASTELO 40 MERCADO MUNICIPAL

LOCALIZA VEÍCULOS	(64)3413-2468	09.651.501/0001.02	721	AV CEL FERNADO BARBOSA 703 SETOR OESTE
LOJA DO JEREMIAS	(64)3416-1809	06.783.469/0001.20	198	R MAJOR EVARISTO FRAUZINO 615
LOJA MANANCIAL	NÃO TEM	11.426.478/0001.02	699	R MAJ EVARISTO FRAUZINO 503
LOJAS MARANATA	NÃO TEM	19.310.695/0001.36	73	AV SENA HERMENEGILDO DE MORAIS 1110
LUA E SOL	(64)3416.1935	16.569.459/0001.40	791	R PARA 868
M & S BOUTIQUE	(64)3416-1342	14.821.252/0001.96	822	AV DNA FIICA 324 CS JARDIN ROMANO
MEGA MIX 1,99	(64)3413-0403	11.186.093/0001.07	722	R MAJ EVARISTO FRAUZINO 472 A
MELO CENTRO AUTOMOTIVO	(64)3413-4970	08.203.256/0001.08	758	R 27 1 JARDIM SANTA FE
MERCEARIA SERAFIM	(64)3413-3513	06.895.484/0001.60	421	R 2 LT 2 QD H SOL NASCENTE
METALÚRGICA M. V. FERRO	(64)3416-1633	03.531.149/0001.95	36	R 215 478 SETOR AEROPORTO
MILA MILANA	(64)3416-2092	73.601.452/0001.00	175	JOSE GOMES VEADO 130 SETOR OESTE
MORRINHOS IMOVEIS			925	
MORRINHOS METAIS -NOVA METARLUGICA	NÃO TEM	04.608.167/0001-90	919	AV CEL FERNANDO BARBOSA 281
MOTO FAMA MOTO PEÇAS	(64)3413.1837	06.537.472/0001.64	415	AV D LT 12 QD 43 SÃO PEDRO
MOTOGOL	(64)3413-2410	02.423.329/0003.52	5	AV CEL FERNANDO BARBOSA 712 VILA NUNES
MUDAS BRAMBILLA	(64)3413-2381	957.723.678.20	718	BR 153 618 FR EM A OLE ZONA RURAL
N C PNEUS	(64)3413-1737	04.855.935/0001.00	495	AV CEL FERNANDO BARBOSA LT 7 QD 10
NOVO ARMAZÉM MENDONÇA	(64)3416-1052	02.893.808/0001.70	381	R BR DO RIO BRANCO 576 CENTRO
NOVO ELETRO	NÃO TEM	37.262.060/0001.92	917	R SEM HERMENEGILDO 772
ODONTOMEDY	(64)3413-1817	04.481.556/0001.06	420	R PROF MANOEL LEMOS DE MENDONÇA LT 5 QD 2 OESTE
OFICINA MECANICA BRASIL	(64)3416-2193	00.979.123/0001.16	12	R PEDRO NUNES 129 CENTRO
OPÇÃO MAGAZINE	(64)3413-3244	01.649.251/0001.64	107	MERCADO MUNICIPAL SL 15 E 16 CENTRO
OTICA A ESPECIALISTA	(64)3413-1228	02.822.310/0001.17	92	AV SENA HERMENEGILDO DE MORRAIS 976
ÓTICA VISÃO	(64)3413-1872	01.440.030/0001.81	397	R PROF JOSE DO NASCIMENTO 99 A VILA NUNES
PAULINHO JL CONTABILIDADE	(64) 3413- 3133	09.318.471/0001.17	545	R BR DO RIO BRANCO 625 CENTRO
PERSIBOX JR	(64)3413-2137	20.230.125/0001.15	863	R CEL JOAO LOPES ZEDES 547
PLAMOR COMUNICAÇÃO VISUAL	(64)3413-1807	20.391.904/0001.00	365	R 103 LT 1 SL 13 QD 1 SANTOS DUMONT

POLO WEAR	(64)3413-5536	17.183.447/0001.46	798	AV SEM HERMENEGILDO DE MORAIS 597
PONTO INFO E INFORMÁTICA	(64)3416.1533	18.191.543/0001.07	893	R MAJOR EVARISTO GRAUZINO 603
POSTO PELICANO	(64)3413-2966	02.390.610/0001.74	134	R 1 LT 24 QD 7 SETOR OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS	(64)3417-2036	01.789.551/0001.49	861	AV SEM HERMENEGILDO MORAIS 160
PRO- ANIMAL	(64)3416-2502	37.665.510/0001.98	100	R MAJ EVARISTO FRAUZINO 535 CENTRO
PRODUTOS DEZ	NÃO TEM	07.945.225/0001.71	242	ROD GO 476 ZONA RURAL
R.A FERNANDES	(64)3416-1509	07.199.302/0001.80	637	AV DR GUMERCINDO OTERO 230
RÁDIO BOAS NOVAS	(64)3413-5488	02.717.334/0001.06	876	AV 101 B 319 SETOR AEROPORTO
REAL PAX	(64)3416-1401	02.602.939/0003.13	515	R MAJ LIMIRIO 403 CENTRO
REMA DISTRIBUIDORA	(64)3413-1053	03.369.186/0001.49	710	VIA DPI 6 LT 13 E QD 8 14
RETÍFICA UNIÃO	(64)3413-1600	07.070.640/0001.17	464	AV PERIMENTRAL DIST HEITOR BASTOS S
RIBEIRO MÓVEIS	(64)3413-6760	05.556.685/0001.70	234	R PARA 514 CENTRO
ROSA CHÁ	(64)3413-0060	07.358.458/0001.66	569	AV SEM HERMENEGILDO DE MORAIS 688 C
RUBI FRUTT	(64)9254-3635	09.429.050/0001.63	808	AV ANTONIO TITO SN LT 23 QD 1 GENOVEVA ALVES
SACOLÃO DA ECONOMIA	(64)3413-2668	37.647.963/0001.91	113	R CEL JOAO LOPES ZEDES 653
SÃO JOSÉ COMÉRCIO DE CEREAIS	(64)3413-3199	00.081.877/0001.54	174	SEM HERNEGILDO DE MORAIS 651
SAPATARIA AEROPORTO	(64)3416-2584	04.985.325/0001.21	37	R 215 635 SETOR AEROPORTO
SERRASSO	(64)3416-1141	02.186.026/0001.00	229	AV PERIMETRAL C INDUSTRIAL
SHINY PRESENTES	(64)3416-1178	06.375.970/0001.58	214	R 7 SETEMBRO 20 A CENTRO
SICOOB CENTRO SUL	(64)3416-264	33.579.731/0001.92	453	AV PROF DO NACIMENTO 63
SIQUEIRA MOTOS	(64)9956-8638	15.605.589/0001.29	797	R GA SN 1 LT 11 QD I GENOVEVA ALVES
SOLAR	(64)3413-1404	17.328.281/0001.09	804	R CEL JOAO LOPES ZEDES 481
STILLUS MÓVEIS	(64)3413-2243	13.473.639/0001.36	853	AV F 1166 SÃO PEDRO
SUPER MEGA 1,99	(64)3416-2420	02.409.637/0002.42	336	R MAJ EVARISTO FRAUZINO 618
SUPERMERCADO BANDEIRANTES	(64)3413-1329	14.273.425/0001.89	869	AV JAIME VILELA SN LT 16 QD 16 A VILA SANTOS DUMONT
SUPERMERCADO CONCÓRDIA	(64)3413-4693	05.339.814/0001.79	594	AV ANTÔNIO ALVES RABELO 486 SETOR CRISTO
SUPERMERCADO DAVID	(64)3416-1050	05.438.012/0001.16	111	R MTO VICENTE JOSE VIERA 41 CENTRO

SUPERMERCADO DOUGLAS	(64)3416-2759	00.148.494/0001.56	130	R 15 309 JARDIM AMERICA
SUPERMERCADO E CASA DE CARNES ALVORADA	(64)3416-2519	01.733.390/0001.71	387	R 7 DE SETEMBRO 1045A CENTRO
SUPERMERCADO IDEAL	(64)3413-1054	05.039.173/0001.37	489	AV B LT 1 QD K SANTOS DOMONT
SUPERMERCADO NOSSA SENHORA APARECIDA	(64)3413-0071	07.140.586/0001.39	549	R GA 608 1 LT 18 QD G CENTRO
SUPERMERCADO REIS	(64)3413-3662	03.044.201/0006.93	672	AV GUMERCINDO OTERO 11 ESQ C A RUA 16
SUPREMA COMUNICAÇÃO VISUAL	(64)3413-2030	07.776.316/0001.19	522	R JOAO JULIO DE OLIVEIRA LT26 QD 31 OESTE
TORNADO SOUND CAR	(64)3413-1858	07.242.378/0001.40	516	AV SEM HERMENEGILDO DE MORAIS 1218 CENTRO
TRANSÓTICA	(64)3416-2429	01.175.447/0001.64	75	R BR DORIO BRANCO 989 CENTRO
TV MORRINHOS	(64)3413-5442	03.607.937/0001.18	578	AV DNA FIICA LT 31 QD 38 JARDIM ROMANO
UNIÃO MADEIRAS	(64)3413-0010	04.855.943/0001.57	49	AV DR GUMERCINDO OTERO 865 SETOR OESTE
UNIÃO TURBO DIESEL	(64)3416-2669	10.736.378/0001.01	568	CENTRAL DE INDUSTRIALIZAÇÃO HEITOR DE BASTOS
UNIMED MORRINHOS	NÃO TEM	02.192.677/0001.02	698	AV COUTO DE MAGALHAES 385
UNIODONTO	(64)3431-7146	37.256.591/0001.72	629	R RUI DE ALMEIDA SETOR CENTRAL -ITUMBIARA-GO
USIMED DE MORRINHOS	(64)3413-5040	03.281.162/0001.33	717	AV SEM HERMENEGILDO DE MORAIS 742
VALE GÁS	(64)3413-2672	05.983.145/0001.73	809	R MAJ EVARISTO FRAUZINO 1291
VANKISYA FASHION	(64)9269-4568	13.497.913/0001.07	744	R CR 3 LT 6 QD25 CRISTO
VIDAMED	(64)3413-5051	18.327.029/0001.48	915	AV ADERUO 377 LT 21 QD 10 A VILA CANAA GOIANIA
VELOX MULTIMIDIA	(64) 92784771	24.465.892/0001.64	918	R GA SN LT 2 QZ
VISUAL CURSOS E TREINAMENTOS	(64) 3413-5410	08.993.189/0001.72	606	R MAJ LIMIRIO 1041
AUTO POSTO DAVID	(64)9422.6788	11.308.928/0001.54	864	ROD GO 213
TOP NET	(64)3413-2950	06.175.391/0001-61	914	R PIAUI 383
JORNAL A FOLHA	(64)3413-1914	08.746.004/0001.25	884	R DR PEDRO NUNES 99 A
ALHO DO CARMO	(64)3416-1325	642.676.871-53	890	AV ANTONIO TITO LT 12 QD 11 GENOVEVA ALVES
WEB MAX	NÃO TEM	09.721.688/0001.73	207	AV COUTO DE MAGALHAES 512 CENTRO
NEWKLIN ODONTOCLINICA	(64)3413-1803	02.949.417/0001.20	599	RMAJ EVARISTO FRAUZINO 671 A
IRM DIAGNOSTICO	(64)3413-2200	03.695.035/0001.80	713	AV PROF JOSE DO NASCIMENTO 122
SENASEFE	(64)9233-8812	03.658.820/0055.56	868	BR 153 633 ZONA RURAL

FERNANDES IMOVEIS	(64)3413-6565	063.028.311-72	891	AV DR GUMERCINDO OTERO 200
AGROPET	(64)3413-1488	18.190.680/0001.19	895	AV 100 SN LT 8 SL 1 QD 33 AEROPORTO
RODA MIL	(64)3416-1852	15.693.859/0001.09	932	AV D Qd 22 Lt 07 VILA NUNES
OTICA DINIZ	(64)34133554	17.261.890/0003-50	896	AV SEM HERMENEGILDO DE MORAIS TL 38 FR LJ 6
FRAUZINO E ASSOCIADOS	64-981663710	06.369.495/0001-07	930	R. DOM PEDRO 2 Nº491 CENTRO
DROGA FARMA DO VILMONDES	643416-1856	27.697.933/0001-36	926	R.215 Nº30 SALA 02 SETOR AEROPORTO
SUPERMERCADO PREDILETO		22.962.802/0001-15	929	JARDIM VERA CRUZ
LUMI MILU		28.147.899/0001-99	931	
ZENA TOUR	64-3413-2792	19.568.539/0001-70	701	
ARAUJO EMPREENDIMENTOS		29.858.133/0001-85		R. BARÃO DO RIO BRANCO Nº908
LUMA GÁS	64-34130063	36.856.904/0014-85	796	
DROGARIA ULTRA ECONÔMICA				
DROGARIAS MORRINHOS	(64)3413-0388	37.410.354/0001-14	936	
SUPERMERCADO MASTER	64 3416-2052	449.065.361-15	942	AV. COUTO DE MAGALHÃES Nº1115
CASA DE CARNDDES E RESTAURANTE VERD FRUIT	64 3416-2191	07.769.492/0001-23	943	R. DR PEDRO NUNES Nº417 CENTRO
NOVA OTICA	3413-2238	065 .842.060/0001-92	946	RUA PARA , Nº422A
D' CARMEM STOREMERCEARIA MONTE VERDE		09.103.653/0001-70	944	R MAJOR RVARISTO FRAUZINO Nº670
TONICAR	3413-0008	05.697.264/0001-60	945	